



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**CASA CIVIL**  
**CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA**  
SPO – Área 05 – Quadra 03 – Bloco “K” – Brasília – DF 70610-200  
Tel: (61) 3214-0200 – Fax: (61) 3214-0272

**Relatório de Gestão**  
**Exercício 2008**

## SUMÁRIO

<b>1 IDENTIFICAÇÃO.....</b>	<b>4</b>
<b>2 OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS .....</b>	<b>5</b>
2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS – PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS .....	5
2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS .....	5
2.3 PROGRAMAS .....	11
2.3.1 Programa 0496 – Informações Integradas para Proteção da Amazônia .....	11
2.3.2 Principais Ações do Programa.....	16
2.3.2.1 Ação 114H – Implantação do Sistema de Cartografia da Amazônia .....	16
2.3.2.2 Ação 8110 – Sensoriamento Remoto.....	20
2.3.2.3 Ação 6808 – Monitoramento Territorial e Ações de Inteligência.....	23
2.3.2.4 Ação 20AY – Evolução dos Sistemas de Telecomunicações, Tecnologia da Informação e Base de Dados .....	25
2.3.2.5 Ação 4091 – Capacitação de Recursos Humanos.....	28
2.3.2.6 Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa .....	31
2.4 DESEMPENHO OPERACIONAL .....	33
2.4.1 Evolução dos gastos gerais.....	39
<b>3 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....</b>	<b>40</b>
<b>4 RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....</b>	<b>40</b>
<b>5 DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO .....</b>	<b>42</b>
<b>6 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA .....</b>	<b>46</b>
<b>7 FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS.....</b>	<b>46</b>
<b>8 RENÚNCIA TRIBUTÁRIA .....</b>	<b>46</b>
<b>9 DECLARAÇÃO DE SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA.....</b>	<b>46</b>
<b>10 OPERAÇÕES DE FUNDOS .....</b>	<b>46</b>
<b>11 DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO .....</b>	<b>46</b>
<b>12 RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO .....</b>	<b>47</b>

<b>13 DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU .....</b>	<b>57</b>
<b>14 ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO .....</b>	<b>59</b>
<b>15 DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO .....</b>	<b>59</b>
<b>16 INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.....</b>	<b>59</b>
<b>17 CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS .....</b>	<b>61</b>

## 1 IDENTIFICAÇÃO

Tabela 1 – Dados identificadores da unidade jurisdicionada

<b>Nome completo da unidade e sigla</b>	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam
<b>CNPJ</b>	07.129.796/0001-26
<b>Natureza jurídica</b>	Órgão da administração direta do Poder Executivo
<b>Vinculação ministerial</b>	Subordinado à Secretaria-Executiva da Casa Civil da Presidência da República
<b>Endereço completo da sede</b>	SPO, Área 5, Quadra 3, Bloco K, Brasília-DF; CEP 70610-200; Telefone: (61) 3214.0200
<b>Endereço da página institucional na internet</b>	<a href="http://www.sipam.gov.br/">http://www.sipam.gov.br/</a>
<b>Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno ou estatuto da unidade de que trata o Relatório de Gestão e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decreto nº 4.200, de 18 de abril de 2002 – Transfere do Ministério da Defesa para a Casa Civil da Presidência da República a Secretaria-Executiva do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia - SECONSIPAM, altera sua denominação e dá outras providências;</li> <li>• Decreto nº 5.135, de 8 de julho de 2004 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Casa Civil da Presidência da República, e dá outras providências;</li> <li>• Decreto nº 6.615, de 24 de outubro de 2008 – Altera o Decreto no 5.135, de 7 de julho de 2004, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Casa Civil da Presidência da República, e dá outras providências;</li> <li>• Decreto nº 6.726, de 13 de janeiro de 2009 – Dá nova redação ao art. 14 do Anexo I ao Decreto no 5.135, de 7 de julho de 2004, de 7 de julho de 2004, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Casa Civil da Presidência da República, e dá outras providências.</li> </ul>
<b>Código da UJ titular do relatório</b>	110197
<b>Códigos das UJ abrangidas</b>	Não consolidada outras unidades
<b>Situação da unidade quanto ao funcionamento</b>	Em funcionamento
<b>Função de governo predominante</b>	Gestão Ambiental
<b>Tipo de atividade</b>	Integrar informações e gerar conhecimento

	atualizado para a articulação, o planejamento e a coordenação das ações globais de governo na Amazônia Legal Brasileira, visando a proteção, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável na região.	
<b>Unidades gestoras utilizadas no SIAFI</b>	<b>Nome</b>	<b>Código</b>
	Censipam	110197

## **2 OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS**

### **2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS – PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

O tema Amazônia é tratado cada vez com mais importância, não somente pela sociedade brasileira, mas também pela comunidade internacional. Os fatores que promovem esse crescente interesse passam pela relevância da região na estabilidade climática global, o potencial da sua biodiversidade, o manancial de recursos hídricos e, sem dúvida nenhuma, a sua riqueza mineral. Nesta conjuntura, o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) deve ocupar um papel de extrema relevância, desde que posicionado realmente em nichos de serviços que efetivamente promovam a proteção da Amazônia, por meio da excelência na gestão e na capacidade operacional.

Por conseguinte, ser um órgão integrante da estrutura organizacional da Secretaria Executiva da Casa Civil da Presidência da República, conforme estabelecido pelo Decreto nº 4.200, de 17 de abril de 2002, indica o grau de importância do papel do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam – na execução das políticas públicas voltadas para a gestão ambiental.

Em vista disso, o Censipam tem sob sua responsabilidade no Plano Plurianual o Programa de Governo 0496 – Informações Integradas para Proteção da Amazônia, que tem por objetivo integrar informações e gerar conhecimentos atualizados para a articulação, o planejamento e a coordenação das ações globais de governo na Amazônia legal, visando à proteção, à inclusão social e ao desenvolvimento sustentável da região. As principais ações que integram este Programa são:

- a) Ação 114H – Implantação do Sistema de Cartografia da Amazônia
- b) Ação 8110 – Sensoriamento Remoto
- c) Ação 6808 – Monitoramento Territorial e Ações de Inteligência
- d) Ação 20AY – Evolução dos Sistemas de Telecomunicações, Tecnologia da Informação e Base de Dados
- e) Ação 4091 – Capacitação de Recursos Humanos
- f) Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

### **2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

O processo de Planejamento Estratégico no Censipam teve início em 2004, quando, com apoio da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, foram desenvolvidas as declarações estratégicas e elaborado o primeiro plano de ação. O trabalho de Planejamento Estratégico foi retomado e novamente implementado em 2007, passando por sua primeira reavaliação em março de 2008.

O trabalho desenvolvido no âmbito do Planejamento Estratégico do Censipam tem como objetivos principais a identificação dos pontos onde há necessidade de melhoria na gestão da instituição e as áreas onde há oportunidades para o desenvolvimento do sistema. Para atingir esses objetivos, a Diretoria do Censipam vem promovendo a utilização das principais ferramentas desenvolvidas para o Planejamento Estratégico.

Na construção de um processo lógico e de fácil compreensão para todos, foram desenvolvidos até aqui os seguintes passos:

- a) definição de carteira de produtos focada;
- b) estruturação das diferentes áreas da organização através de um organograma claro;
- c) construção do PPA para o período 2008-2011 coerente com a carteira de produtos definida;
- d) aplicação das ferramentas clássicas de Planejamento Estratégico;
- e) desdobramento do Planejamento Estratégico em planos de ação com metas objetivas e ferramentas de avaliação de resultados;
- f) incorporação na rotina da revisão periódica do Planejamento Estratégico, na busca de sua adequação às mudanças de cenário.

Nesse sentido, foram priorizadas as seguintes áreas de atuação para o Censipam:

Sensoriamento Remoto	Ingestão, processamento e aquisição de imagens e sinais de sensores remotos, incluindo SAR, MSS, HSS e OIS, radares meteorológicos e imagens satelitais.
Inteligência	Monitoramento dos movimentos aéreos, terrestres e fluviais relacionados com atividades ilícitas. Monitoramento de comunicações. Identificação e localização de plantações ilegais, assentamentos e campos de pousos irregulares, áreas de mineração ilegal e outros, buscando gerar alertas e compor cenários sobre a evolução destas atividades.
Proteção Ambiental	Identificação, monitoramento e avaliação das transformações ambientais, resultantes de ações naturais e antrópicas na região.

Sistematização de Informações	Atividades relacionadas à gestão de informações e estruturação de banco de dados, além do atendimento dos usuários do sistema.
Tecnologia da Informação e Comunicação	Atividades relacionadas à rede de VSATs e sensores, envolvendo a coleta e disseminação de dados.

Depois de definidas as áreas de atuação do Censipam, foram definidas duas metas operacionais para cada área a serem alcançadas em 2008.

- **Sensoriamento Remoto**
  - Executar o ProAE em 100% no ano de 2008.
  - Revitalizar a infraestrutura de processamento do ProSAR-BR.
- **Proteção Ambiental**
  - Executar a Etapa 1 do Sipam Cidade pelos três CTOs.
  - Desenvolver ferramenta WEB para publicação do Sipam Cidade.
- **Meteorologia**
  - Modernizar a infraestrutura técnica disponível.
  - Desenvolver projetos em rede, visando o estudo das mudanças climáticas.
- **Sistematização de informações**
  - Utilizar padrões cartográficos em 100% dos produtos do Sipam.
  - Definir política e executar plena operacionalidade dos ATUs nos CRs.
- **Banco de Dados**
  - Inventariar todo o acervo de dados espaciais do Sipam.
  - Definir modelo para migração do banco de dados do Sipam.
- **Manutenção**
  - Recuperar os sensores não-operacionais do Censipam.
  - Aprimorar o plano de manutenção para cada um dos sensores o Censipam.
- **TI e Telecom**
  - Elaborar o plano diretor de TIC.
  - Otimizar a utilização da rede de VSATs de acordo com as diretrizes estabelecidas.
- **Integração Institucional**
  - Executar as políticas definidas para os CÉUS.
  - Consolidar a articulação internacional em relação ao Sipam.

As principais realizações do Censipam serão descritas nos parágrafos seguintes, de forma que as áreas de atuação do Censipam e as metas operacionais estejam expressas no Plano Plurianual 2008-2011 no Programa 0496 – Informações Integradas para Proteção da Amazônia.

O Programa “Informações Integradas para Proteção da Amazônia” possui diversas ações orçamentárias, no qual o projeto “Implantação do Sistema de Cartografia da Amazônia” assume o maior destaque. Em setembro de 2008, o Presidente da República lançou o projeto durante a IV Feira Internacional da Amazônia. Dos 5,2 milhões de quilômetros quadrados da Amazônia Legal, 1,8 milhão de quilômetros quadrados não possuem informações cartográficas. As cartografias vão auxiliar no planejamento e na execução dos projetos de infraestrutura como rodovias, ferrovias, gasodutos e hidrelétricas, além da demarcação de áreas de assentamentos, áreas de mineração, agronegócio, elaboração de zoneamento ecológico, econômico e ordenamento territorial, segurança territorial, escoamento da produção e desenvolvimento regional. As informações ajudarão no conhecimento da Amazônia brasileira e na geração de informações estratégicas para monitoramento de segurança e defesa nacional, em especial nas fronteiras. O trabalho é coordenado pelo Censipam e os executores são o Exército, a Marinha, a Aeronáutica e o Ministério de Minas e Energia por meio da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais.

A ação orçamentária “Sensoriamento Remoto” possui dois programas principais: o Programa de Monitoramento de Áreas Especiais (ProAE) e o Programa SipamCidade. O ProAE destaca-se pela extrema importância do monitoramento de ilícitos (incluindo desmatamentos, atividades de mineração, pistas de pouso, rotas aéreas, abertura de caminhos e estradas) nas Unidades de Conservação (federal e estadual) e nas terras indígenas da Amazônia Legal. A base de dados do ProAE é distribuída aos Municípios, Estados, Ibama, Funai, polícias ambientais, entre outros parceiros, por meio de CDs contendo imagens de satélite, atualizadas regularmente, incluindo cartas-imagem compactadas, informações temáticas georeferenciadas, além dos índices de desmatamento. Em 2008, o PROAE imageou aproximadamente 2 milhões de quilômetros quadrados. Já o SipamCidade tem o objetivo de difundir o uso de geotecnologias para apoio técnico à gestão municipal das prefeituras da Amazônia Legal, além de construir, com os técnicos municipais, uma rede de intercâmbio de dados espaciais. O Programa disponibiliza informações sobre tipo de solo, relevo, bacias hidrográficas, vegetação, mapa de precipitação (chuva), imagens e outros dados. O Censipam ofereceu capacitação no uso do software livre Terraview (sistema de informações geográficas), para técnicos das prefeituras da Amazônia Legal. Em 2008, 100 prefeituras foram capacitadas. Por fim, durante todo o ano, representantes dos Estados da Amazônia e o Censipam discutiram como estruturar uma Rede de Informações Georeferenciadas (Repig). Tais entidades traçaram diretrizes para colocar em prática um plano de trabalho, para que a Repig funcione em 2009. A construção desta rede permitirá que o usuário visualize mapas com informações especializadas como universidades e centros de pesquisa e escolas; infraestrutura de transporte (malha viária, ferrovias, aeroportos, aeródromos cadastrados, portos, hidrovias, ancoradouros); comunidades (sedes municipais e limites administrativos); energia elétrica (inventários e linhas de transmissão e distribuição); barragens (massa d’água); dutos (oleodutos, gasodutos); unidades de conservação; terras indígenas; mapas topográficos (altimetria); limite de bacias hidrográficas; rede hidrográfica; mineração e bacias hidrográficas.

A ação orçamentária “Monitoramento Territorial e Ações de Inteligência” contribuiu ativamente no combate aos ilícitos como desmatamento, narcotráfico e mineração ilegal. O Censipam produziu cerca de 187 relatórios e disponibilizou equipamentos que contribuíram para inúmeras outras atividades de proteção do Estado brasileiro. Além de atender demandas de parceiros antigos, em 2008 foi possível ampliar as parcerias. A inauguração do Centro Integrado de Proteção da Amazônia possibilitou que o Censipam, o Departamento de Polícia Federal, a Receita Federal, o Ibama e o Comando Militar da Amazônia, trabalhassem de forma integrada no combate ao tráfico de drogas, contrabando e desmatamento em Tabatinga (AM). Em relação à execução orçamentária da ação, o Censipam e a Comissão para Coordenação do Projeto do



Sistema de Vigilância da Amazônia (CCSivam) assinaram um Termo de Cooperação, com o desígnio de recuperar o parque de antenas HF/DF do Censipam, em sítios localizados em Belém, Boa Vista e Porto Velho.

A ação orçamentária “Evolução dos Sistemas de Telecomunicações, Tecnologia da Informação e Base de Dados” incumbe-se de modernizar e manter a infraestrutura tecnológica do Censipam. A instituição trabalhou para manter em funcionamento os terminais de acesso à voz e dados via satélite (VSATs), distribuídos em pontos isolados na Amazônia Legal. O Censipam manteve operacionais 86% dos aproximadamente 670 terminais de acesso remoto. Realizou-se 41 missões de manutenção, sendo 447 VSATs visitadas e 302 VSATs recuperadas. Outrossim, realizou missões de campo para a manutenção da Rede de Detecção de Raios. Ainda dentro desta mesma ação orçamentária, equipamentos que compõe a rede de comunicações foram modernizados e ampliados. Também se expandiu a rede de servidores e a solução de armazenamento de backup. A modernização da infraestrutura da Tecnologia da Informação melhorou o armazenamento de dados geográficos do Sipam. Além disso, o Censipam investiu na aquisição de: a) roteadores de borda para acesso à internet em todos os seus Centros Regionais; b) cluster de processamento, com infraestrutura modular de alta performance, para atender às demandas da Divisão de Meteorologia do Centro Regional de Manaus. O novo cluster serve tanto para a previsão meteorológica quanto para os estudos de mudanças climáticas. O equipamento proverá um ganho de performance superior a 80%, permitindo o ingresso do Censipam na modelagem de estudos de mudanças climáticas; c) cluster de processamento, com infraestrutura modular de alta performance, para atender às demandas da Divisão de Sensoriamento Remoto do Centro Regional de Manaus, que é responsável pelo processamento das imagens de radar obtidas através dos sensores das aeronaves R99 do Sipam; d) 103 microcomputadores, sendo a maior parte utilizada na área de geoprocessamento.

Vale dizer sobre as ações realizadas no âmbito internacional disseminando o modelo brasileiro de proteção da Amazônia junto aos países amazônicos. Em 2008, o Censipam participou da oficina de casos exitosos, promovida pela Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana (IIRSA), em Bogotá, Colômbia. Ademais, o Censipam também promoveu uma missão em Quito, no Equador, na busca de realizar ações conjuntas para defesa da Amazônia. Além disso, a estrutura, as operações e os produtos gerados pelo Censipam foram apresentados para cerca de 200 representantes do governo boliviano em La Paz. Por fim, a relação bilateral mais avançada construída pelo Censipam foi estabelecida com o Peru culminando na III Reunião do Grupo de Trabalho Binacional. Neste último encontro, a cooperação ganhou novas áreas de investigação, incorporando aos trabalhos o subgrupo para desenvolvimento conjunto na área de aplicações de software livre.

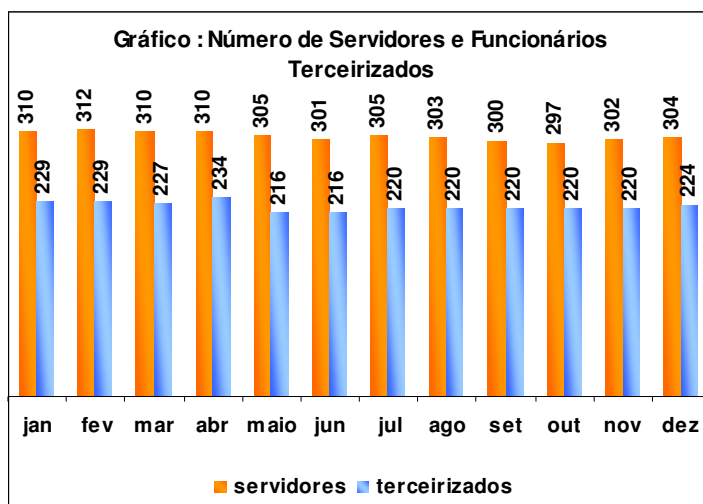
Em relação à Gestão de Pessoas, sucederam 775 capacitações valendo-se de recursos orçamentários da ação “Capacitação de Recursos Humanos”. Destas capacitações, 48% se concentraram na área operacional, 27% na área administrativa, 16% na área técnica e os outros 9% na área de inteligência e gerencial.

A ação orçamentária “Gestão e Administração do Programa” incumbiu-se da gestão administrativa. Destaca-se durante a gestão de 2008 a implantação do sistema de controle de materiais, a elaboração do catálogo de materiais, a aprovação de uma nova estrutura organizacional e a proposição de um regimento interno baseado neste organograma, a implantação do novo site da instituição na internet disponibilizando serviços on-line como:

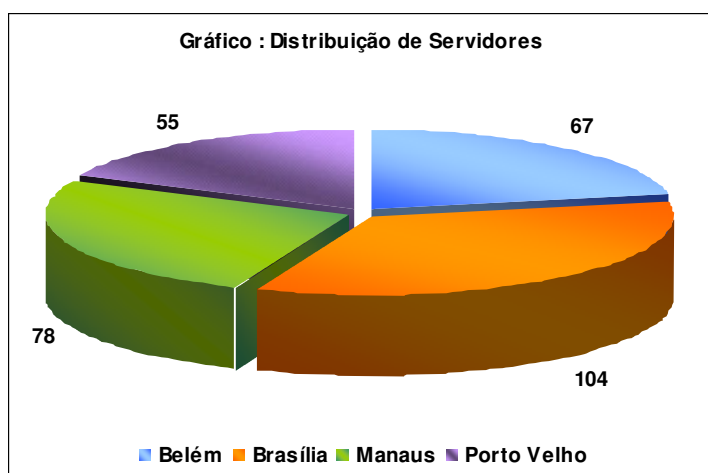
imagens de satélite e de radar, boletins meteorológicos, a rede de detecção de raios e informações espaciais da sua base de dados.

Quanto às restrições estruturais, a deficiência de pessoal se mostra alarmante na conjuntura atual.

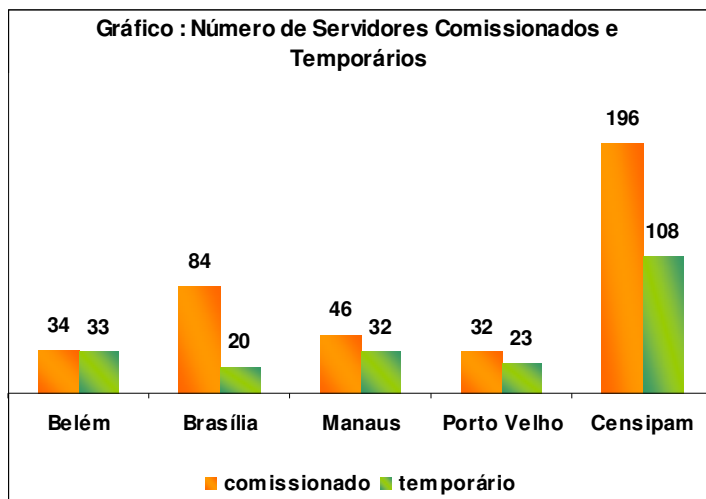
Em dezembro de 2008, o Censipam contava com 304 agentes administrativos e 224 funcionários terceirizados.



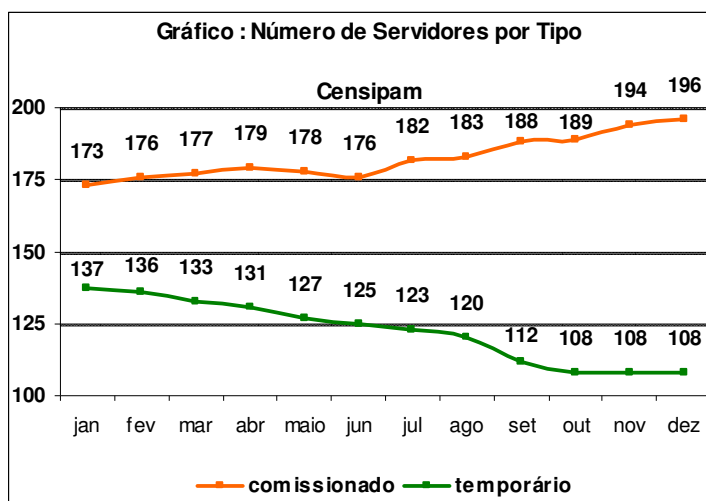
Os agentes administrativos estão distribuídos entre os Centros, conforme gráfico abaixo:



Destes agentes administrativos, 196 são ocupantes de cargos comissionados sem vínculo ou requisitados de outros órgãos da Administração. Os demais são agentes contratados temporariamente pela Lei 8.745 de 1993 com contratos a vencer em 2010 e 2011.



Observando o gráfico abaixo, verificamos a expressiva perda de agentes temporários no decorrer de 2008. A força de trabalho do Censipam é recomposta, em parte, com o preenchimento dos cargos comissionados a disposição do órgão.



Todavia, esta recomposição tem um limite e a ausência de servidores ativos do quadro próprio coloca o Censipam numa posição debilitada perante as demandas dos órgãos parceiros e da sociedade. Torna-se imperativo a necessidade de contratação de servidores públicos concursados para que o conhecimento e a perenidade do órgão fiquem incólumes.

Por fim, quanto à caracterização das principais medidas de caráter excepcional que a Unidade Jurisdicionada foi obrigada a adotar, destaca-se o uso de cartões corporativos utilizados por agentes supridos em missões de campo para manutenção de redes VSATs.

## 2.3 PROGRAMAS

### 2.3.1 Programa 0496 – Informações Integradas para Proteção da Amazônia

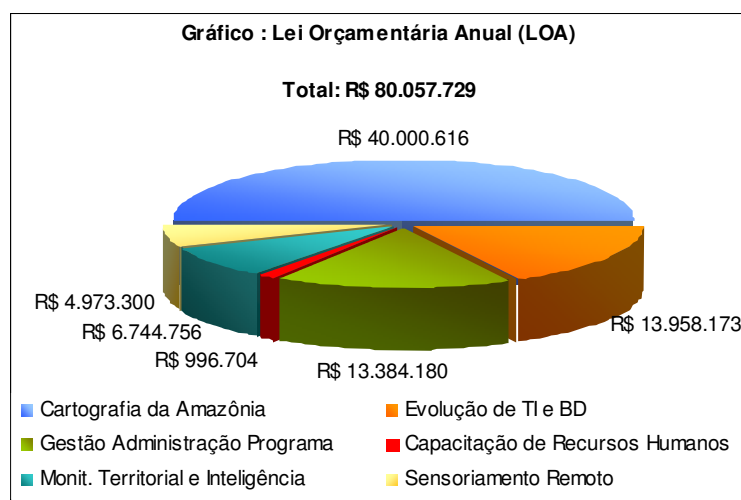
O Programa 0496 – Informações Integradas para Proteção da Amazônia – foi definido a partir dos Objetivos Setoriais, e das políticas públicas a eles associadas, estabelecidos na Orientação Estratégica do Ministério e em consonância com a Orientação Estratégica de Governo. Portanto, torna-se importante compreender quais Objetivos Setoriais e de Governo que o Programa busca atender no período do Plano Plurianual.

Assim, o Objetivo de Governo “fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana” e o Objetivo Setorial “produzir informações sobre a região amazônica” são o pano de fundo do Programa sob a responsabilidade do Censipam.

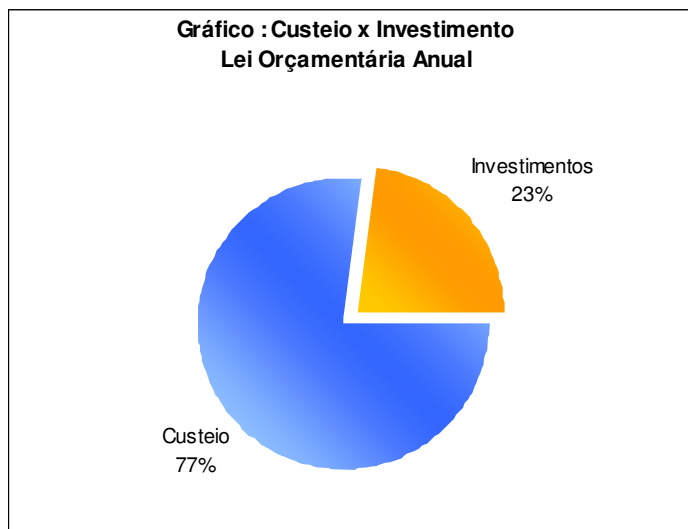
Tabela 2 – Dados gerais do programa

<b>Tipo de programa</b>	<b>Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais</b>
<b>Objetivo geral</b>	Integrar informações e gerar conhecimentos atualizados para a articulação, o planejamento e a coordenação das ações globais de governo na Amazônia legal, visando à proteção, à inclusão social e ao desenvolvimento sustentável da região
<b>Gerente do programa</b>	Rogério Guedes Soares
<b>Gerente executivo</b>	Bruno Morelli Faria
<b>Responsável pelo programa no âmbito da UJ</b>	Diretoria-Geral do Censipam
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa</b>	Taxa Global de Satisfação das Demandas Meteorologia, Sensoriamento Remoto e Inteligência dos Órgãos Parceiros
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	O Governo, em todas as esferas; a sociedade brasileira, em particular os Amazônidas; os organismos internacionais e as organizações não-governamentais com atuação na Região; e os países da América do Sul, prioritariamente os da fronteira amazônica

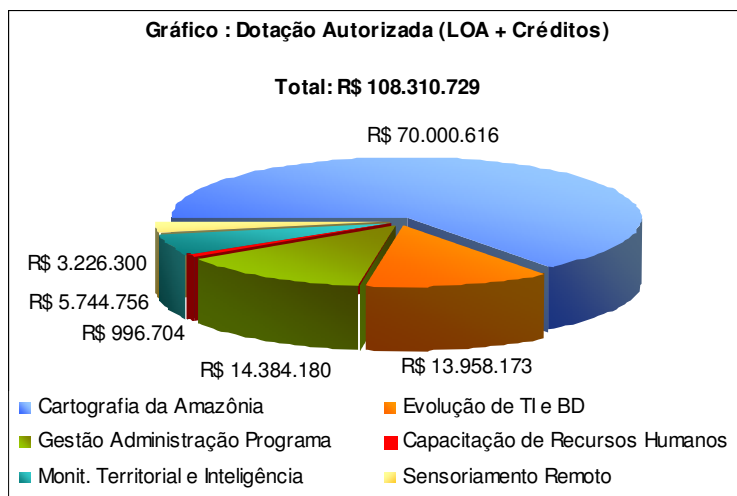
A Lei 11.647, de 24 de março de 2008 – Lei Orçamentária Anual (LOA) – fixou a despesa do Censipam em R\$ 80.057.729 distribuída da seguinte forma entre as ações orçamentárias:



A relação custeio e investimento aprovada na LOA 2008 é apresentada no gráfico abaixo:

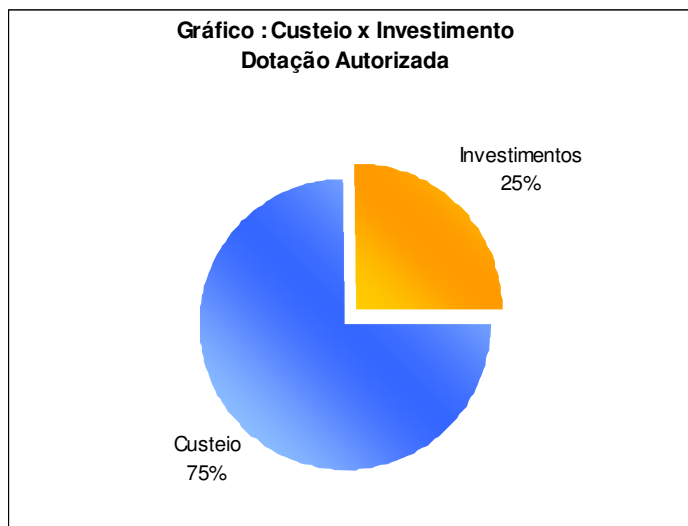


Todavia, durante o exercício de 2008, ocorreram diversos créditos suplementares e cancelamento de dotações, alterando substancialmente a dotação autorizada:

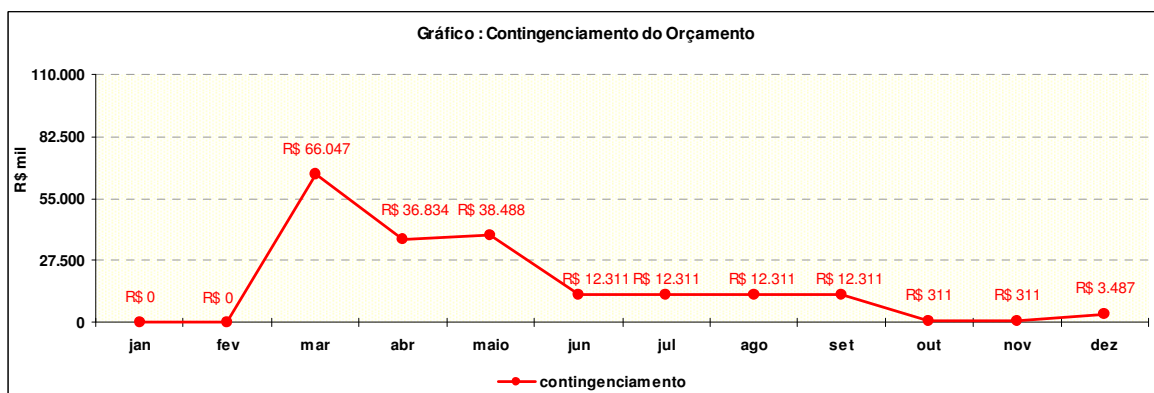
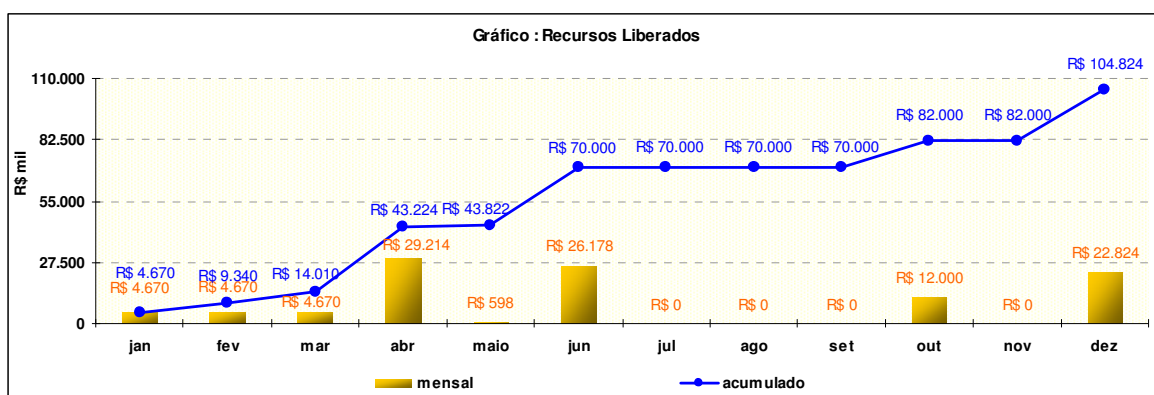


A principal mudança foi o acréscimo de R\$ 30 milhões da dotação da Ação 114H – Implantação do Sistema de Cartografia da Amazônia. Já a Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa obteve um aumento de R\$ 1 milhão, enquanto a Ação 6808 – Monitoramento Territorial e Ações de Inteligência teve um decréscimo de R\$ 1 milhão. Em termos globais, o orçamento do Censipam majorou em R\$ 28.253 mil, em razão de um crédito adicional aprovado praticamente no último mês do ano, tendo que o Censipam e os órgãos parceiros se desdobrarem para que os recursos não fossem perdidos, prejudicando as metas planejadas.

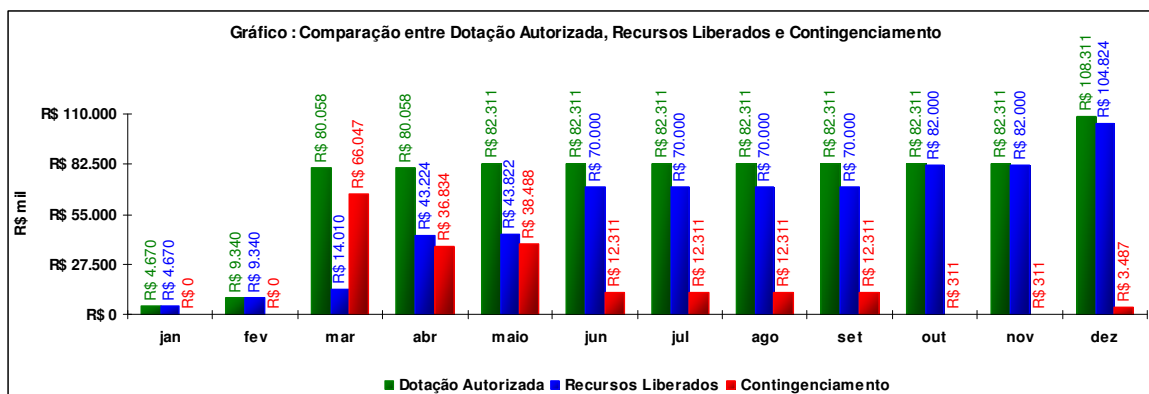
A relação custeio e investimento ficou conforme gráfico abaixo:



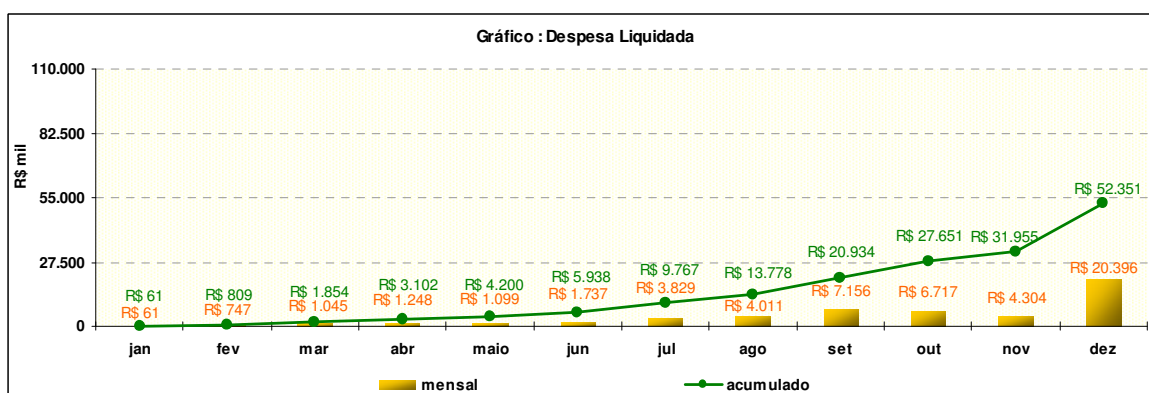
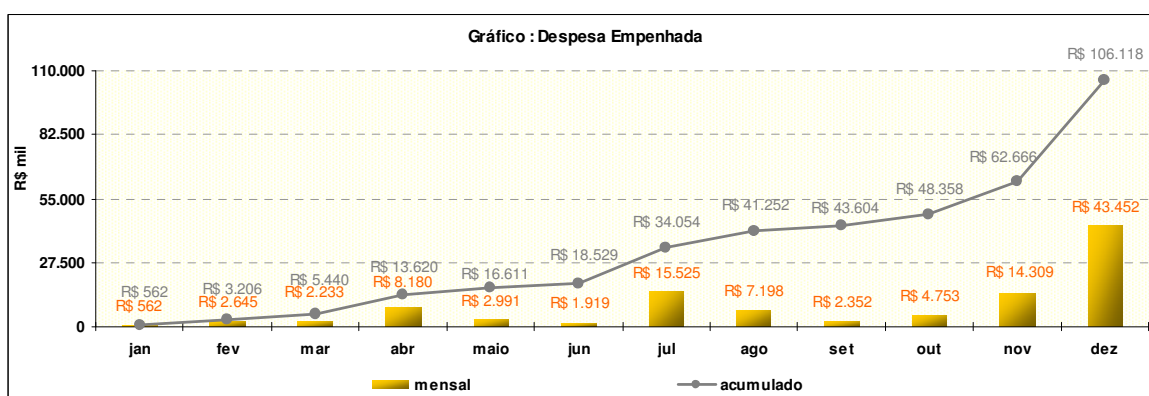
Nos gráficos a seguir, apresentamos a evolução dos recursos liberados e do contingenciamento ao longo do exercício de 2008:



Aqui, uma comparação entre dotação autorizada, recursos liberados e contingenciamento ao longo do ano em análise:



Nos gráficos seguintes, verificamos a evolução da despesa empenhada e liquidada em 2008. Observamos que houve uma concentração na execução do orçamento no mês de dezembro em razão da tardia aprovação de créditos adicionais:



Aqui, uma comparação entre recursos liberados, despesa empenhada e despesa liquidada ao longo do ano em análise:

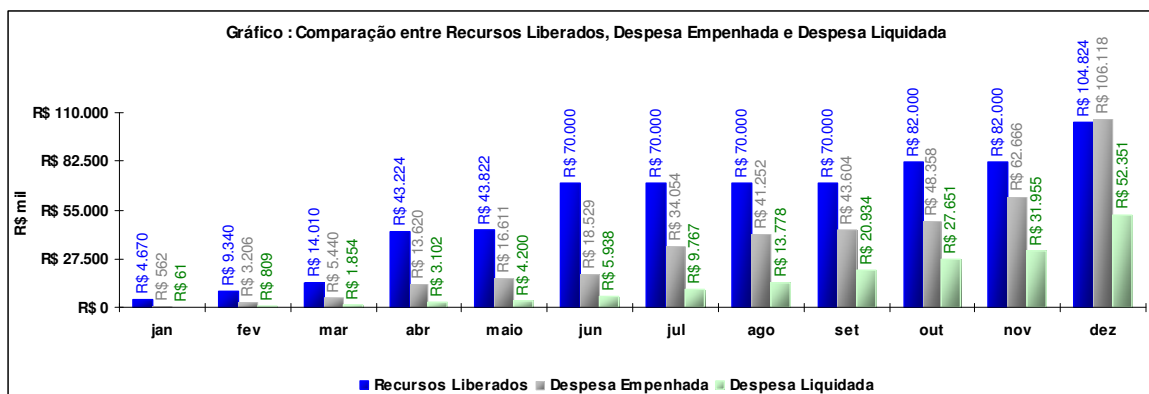


Tabela 3 – Informações Gerais da Execução Orçamentária e Financeira por Ação e Grupo de Despesa

Ação	Grupo de Despesa	Recursos Liberados	Destaque	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Crédito Disponível
Cartografia da Amazônia	Despesas Correntes	R\$ 51.369.353	R\$ 51.369.353	R\$ 51.376.536	R\$ 26.060.321	R\$ 854.187
	Investimentos	R\$ 17.162.659	R\$ 17.162.659	R\$ 18.624.827	R\$ 7.464.105	R\$ 614.417
		<b>R\$ 68.532.012</b>	<b>R\$ 68.532.012</b>	<b>R\$ 70.001.363</b>	<b>R\$ 33.524.426</b>	<b>R\$ 1.468.604</b>
Evolução de TI e BD	Despesas Correntes	R\$ 8.530.705	R\$ 2.100.000	R\$ 8.530.705	R\$ 4.271.695	R\$ 261.468
	Investimentos	R\$ 5.162.419	R\$ 300.000	R\$ 5.156.012	R\$ 398.656	R\$ 3.581
		<b>R\$ 13.693.123</b>	<b>R\$ 2.400.000</b>	<b>R\$ 13.686.716</b>	<b>R\$ 4.670.351</b>	<b>R\$ 265.050</b>
Gestão Administração Programa	Despesas Correntes	R\$ 13.455.986	R\$ 1.403.544	R\$ 13.367.136	R\$ 10.778.125	R\$ 928.194
	Investimentos	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0
		<b>R\$ 13.455.986</b>	<b>R\$ 1.403.544</b>	<b>R\$ 13.367.136</b>	<b>R\$ 10.778.125</b>	<b>R\$ 928.194</b>
Capacitação de Recursos Humanos	Despesas Correntes	R\$ 686.207	R\$ 6.748	R\$ 686.207	R\$ 649.612	R\$ 310.497
	Investimentos	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0
		<b>R\$ 686.207</b>	<b>R\$ 6.748</b>	<b>R\$ 686.207</b>	<b>R\$ 649.612</b>	<b>R\$ 310.497</b>
Monit. Territorial e Inteligência	Despesas Correntes	R\$ 1.595.200	R\$ 0	R\$ 1.595.200	R\$ 1.591.370	R\$ 0
	Investimentos	R\$ 4.061.291	R\$ 3.718.000	R\$ 3.982.051	R\$ 157.811	R\$ 88.265
		<b>R\$ 5.656.491</b>	<b>R\$ 3.718.000</b>	<b>R\$ 5.577.251</b>	<b>R\$ 1.749.181</b>	<b>R\$ 88.265</b>
Sensoriamento Remoto	Despesas Correntes	R\$ 2.450.594	R\$ 1.002.062	R\$ 2.450.594	R\$ 972.696	R\$ 413.406
	Investimentos	R\$ 349.136	R\$ 0	R\$ 349.136	R\$ 6.529	R\$ 13.164
		<b>R\$ 2.799.730</b>	<b>R\$ 1.002.062</b>	<b>R\$ 2.799.730</b>	<b>R\$ 979.225</b>	<b>R\$ 426.570</b>
<b>Total Geral</b>		<b>R\$ 104.823.549</b>	<b>R\$ 77.062.366</b>	<b>R\$ 106.118.402</b>	<b>R\$ 52.350.921</b>	<b>R\$ 3.487.180</b>

## 2.3.2 Principais Ações do Programa

### 2.3.2.1 Ação 114H – Implantação do Sistema de Cartografia da Amazônia

O Programa “Informações Integradas para Proteção da Amazônia” possui diversas ações orçamentárias, no qual o projeto “Implantação do Sistema de Cartografia da Amazônia” assume o maior destaque.

A Amazônia Legal possui uma área total de 5,2 milhões de quilômetros quadrados, dos quais cerca de 1,8 milhões de quilômetros quadrados não possuem informações cartográficas terrestres. Essa área é denominada de vazio cartográfico. Ressalta-se ainda que a cartografia náutica encontra-se desatualizada e pouco se tem levantado sobre os recursos minerais existentes na região.

Em setembro de 2008, durante a IV Feira Internacional da Amazônia (FIAM), em Manaus, o Presidente da República, com a presença da ministra-chefe da Casa Civil, do ministro do Gabinete de Segurança Institucional e do governador do Amazonas, lançou, o Projeto Cartografia da Amazônia.



O projeto tem dimensão estratégica e sua realização permitirá o aprofundamento do conhecimento sobre a Amazônia brasileira, bem como o suporte a projetos de infraestrutura a serem implantados na região. Além do desenvolvimento regional, o projeto prevê a geração de informações estratégicas para monitoramento regional e segurança e defesa nacionais, com especial ênfase nas áreas de fronteira.

O Projeto Cartografia da Amazônia compõe-se de 3 subprojetos:

1) Cartografia Terrestre (executada pela Diretoria de Serviço Geográfico – DSG, com apoio da Força Aérea Brasileira – FAB): tem por objetivo elaborar produtos cartográficos (plani-altimétricos) nas escalas de 1:100.000 e de 1:50.000, tais como: cartas topográficas, orto-imagens com curvas de nível, modelos de elevação do terreno e modelos de estratificação vegetal.

2) Cartografia Geológica (executada pelo Serviço Geológico do Brasil – CPRM): tem por objetivo realizar o levantamento de informações geológicas que permitam caracterizar o potencial econômico de ocorrências, depósitos, distritos e províncias minerais da região, além de promover o conhecimento sobre a gênese de depósitos já conhecidos. Além da elaboração de cartas geológicas nas escalas de 1:100.000 e 1:250.000, estão previstos também outros produtos gerados pelos levantamentos aerogeofísicos, tais como: mapas e dados magnetométricos e gamaespectrométricos.

3) Cartografia Náutica (executada pela Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha): O objetivo principal consiste na atualização contínua da cartografia náutica das principais hidrovias da região amazônica. Esse subprojeto justifica-se pelo volume de exportações escoado pelas hidrovias da região (mais de 95%). Considerando a dinâmica dos rios amazônicos, é de fundamental importância o conhecimento preciso e atualizado do canal de navegação dos mesmos, possibilitando, desta forma, melhoria na segurança da navegação.

Coordenado pelo Censipam, o projeto, que foi discutido por dois anos, terá investimentos de R\$ 350 milhões e levará cinco anos para concluir as cartografias terrestres, geológicas e náuticas.

O projeto Cartografia da Amazônia rege-se pelo Acordo de Cooperação Técnica – ACT – nº 03/2008. A Cláusula Quarta deste ACT institui a Comissão de Coordenação do Projeto de Implantação do Sistema de Cartografia da Amazônia formada pelos seguintes representantes dos partícipes:

- **Censipam:** Wougran Soares Galvão (Coordenador do Projeto) e Alcebíades Galvão César Filho (Secretário e Coordenador Substituto);
- **Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República:** Coronel Paulo Roberto de Miranda Barros e Capitão Jorge Dirceu Melo de Cerqueira;
- **Serviço Geológico Brasileiro – CPRM:** Manoel Barretto da Rocha Netto e Marcos Antônio Cordeiro Maron;
- **Comando do Exército:** Coronel Pedro Ronalt Vieira e Major Antônio Henrique Correia;

- **Comando da Marinha:** Capitão-de-Fragata Emir Ordacgi Caldeira e Capitão-de-Mar-e-Guerra Maurício Pereira de Sampaio; e
- **Comando da Aeronáutica:** Major-Aviador Marcelo José Pérez Monteiro e Major-Aviador Lélío Walter Pinheiro Silva Junior.

Esta Comissão reuni-se mensalmente, reduzindo-se as deliberações em ata, conforme §2º da Cláusula Quarta do ACT.

Os destaques orçamentários realizados pelo Censipam são programados trimestralmente conforme plano de trabalho. Já a execução financeira dos partícipes é acompanhada pelo Censipam por meio do SIAFI Gerencial. Ademais, o Censipam solicita aos executores a elaboração de relatórios técnicos das atividades para acompanhamento da execução física do projeto.

Tabela 4 – Destaque Orçamentário por Projeto – 2008 – R\$

Projeto	Custeio	Investimento	Total
Cartografia Terrestre - DSG - Exército	29.127.331	4.939.092	<b>34.066.423</b>
Cartografia Terrestre - FAB	625.500	7.529.000	<b>8.154.500</b>
Cartografia Geológica - CPRM	21.616.522	771.167	<b>22.387.689</b>
Cartografia Náutica - Marinha	0	3.923.400	<b>3.923.400</b>
<b>Total</b>	<b>51.369.353</b>	<b>17.162.659</b>	<b>68.532.012</b>

Tabela 5 – Dados gerais da ação

<b>Tipo</b>	Projeto
<b>Finalidade</b>	Gerar informações estratégicas ao monitoramento e desenvolvimento regional e à segurança nacional
<b>Descrição</b>	Levantamentos topográficos, geológicos e náuticos por meio da implantação de 3 subprojetos: Cartografia Terrestre, Cartografia Geológica e Cartografia Náutica, para a geração de cartas topográficas na escala de 1:100.000, cartas geológicas nas escalas de 1:100.000 e 1:250.000, e cartas náuticas na escala de 1:100.000, respectivamente. Esses produtos são de fundamental importância para o planejamento e execução de projetos tais como: infraestrutura (rodovias, ferrovias, gasodutos e hidrelétricas), demarcação de áreas para assentamentos, áreas de mineração, agronegócio, elaboração de Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE e Ordenamento Territorial, segurança territorial, escoamento de produção e desenvolvimento regional
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Wougran Soares Galvão
<b>Unidades executoras</b>	Unidades do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia

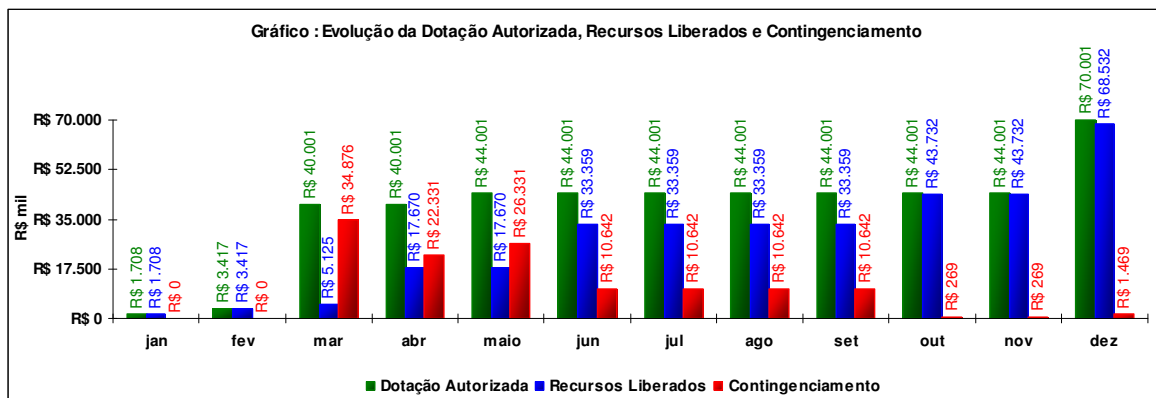
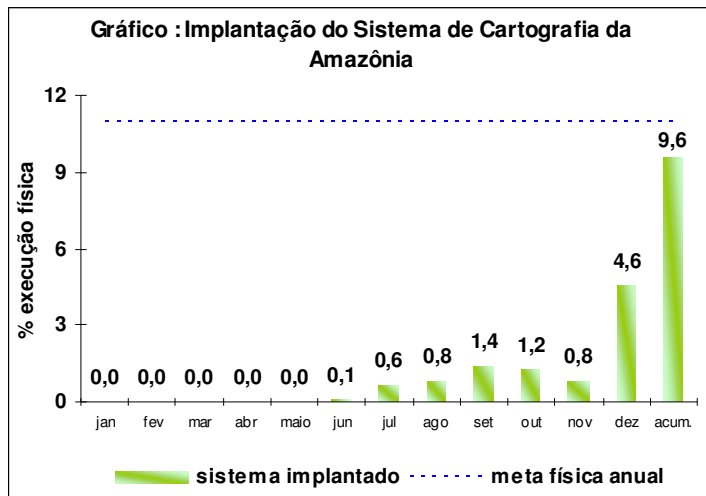
<b>Áreas (dentro da UJ) responsáveis gerenciamento execução da ação</b>	Diretoria de Produtos
<b>Competências institucionais requeridas para a execução da ação</b>	Gerenciar a implementação de ações cooperativas, em parceria com órgãos e agências governamentais, com atuação e interesse na área, buscando evitar duplicidade de esforços e perdas da eficiência e eficácia dos resultados

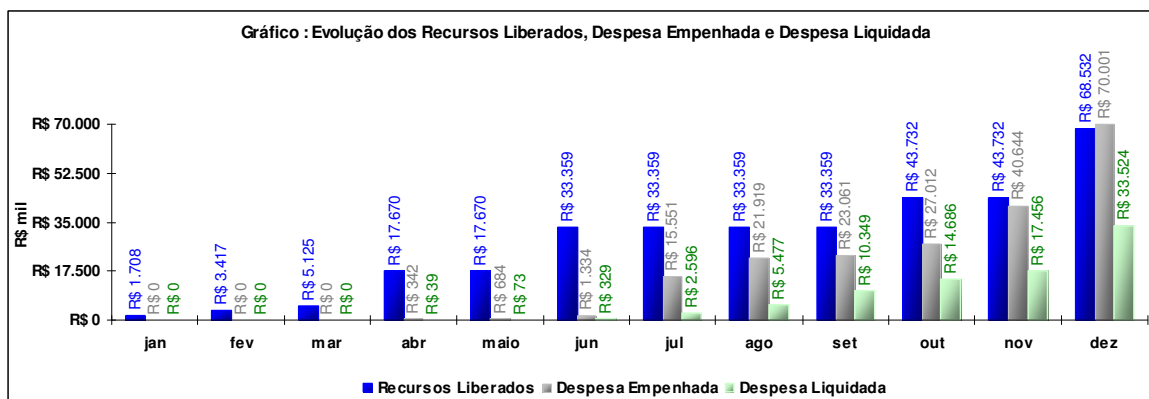
Tabela 6 – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
<b>Financeira</b>	R\$ 70.000.616,00	R\$ 70.001.212,00	100,00
<b>Física (1)</b>	11,000	9,579	87,08

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLan) em 18/02/09

(1) Produto: Sistema Implantado em % de execução física





### 2.3.2.2 Ação 8110 – Sensoriamento Remoto

A ação orçamentária “Sensoriamento Remoto” possui duas atividades principais: o Programa de Monitoramento de Áreas Especiais (ProAE) e o Programa SipamCidade.

O ProAE destaca-se pela extrema importância do monitoramento de ilícitos (incluindo desmatamentos, atividades de mineração, pistas de pouso, rotas aéreas, abertura de caminhos e estradas) nas Unidades de Conservação (federal e estadual) e nas terras indígenas da Amazônia Legal.

Lançado em 2006, o programa produz dados sobre a antropização (fenômeno relativo às modificações provocadas pelo homem no meio ambiente) nas Unidades de Conservação (UC) e terras indígenas nos Estados do Acre, Mato Grosso e Rondônia. Em 2008, o programa foi executado em todos os Estados da Amazônia Legal. Os dados ajudam nas ações preventivas pelos governos contra o desmatamento da floresta e demais ilícitos. As informações são facilmente consultadas, subsidiando com agilidade a tomada de decisões em defesa do meio ambiente e envolvendo a população na preservação da Amazônia.

A base de dados do ProAE é distribuída aos Municípios, Estados e órgãos públicos com atuação na Amazônia Legal, por meio de CDs contendo imagens de satélite, atualizadas regularmente, incluindo cartas-imagem compactadas, informações temáticas georeferenciadas, além dos índices de desmatamento. Em 2008, o PROAE imageou aproximadamente 2 milhões de quilômetros quadrados.

Ademais, o Censipam conta com duas aeronaves – R99 – que complementam o trabalho de imageamento. Estes aviões são utilizados no atendimento de demandas pontuais de órgãos parceiros e do próprio Censipam uma vez que elas possuem características específicas em relação às imagens satelitais.

Já o SipamCidade tem o objetivo de difundir o uso de geotecnologias para apoio técnico à gestão municipal das prefeituras da Amazônia Legal, além de construir, com os técnicos municipais, uma rede de intercâmbio de dados espaciais. O Programa disponibiliza informações sobre tipo de solo, relevo, bacias hidrográficas, vegetação, mapa de precipitação (chuva), imagens e outros dados. O Censipam ofereceu capacitação no uso do software livre Terraview (sistema de informações geográficas), para técnicos das prefeituras da Amazônia Legal. Em 2008, 100 prefeituras foram capacitadas.

Por fim, durante todo o ano, representantes dos Estados da Amazônia e o Censipam discutiram como estruturar uma Rede de Informações Georeferenciadas (Repig). Tais entidades traçaram diretrizes para colocar em prática um plano de trabalho, para que a Repig funcione em 2009. A construção desta rede permitirá que o usuário visualize mapas com informações especializadas como universidades e centros de pesquisa e escolas; infraestrutura de transporte (malha viária, ferrovias, aeroportos, aeródromos cadastrados, portos, hidrovia, ancoradouros); comunidades (sedes municipais e limites administrativos); energia elétrica (inventários e linhas de transmissão e distribuição); barragens (massa d'água); dutos (oleodutos, gasodutos); unidades de conservação; terras indígenas; mapas topográficos (altimetria); limite de bacias hidrográficas; rede hidrográfica; mineração e bacias hidrográficas.

Tabela 7 – Dados gerais da ação

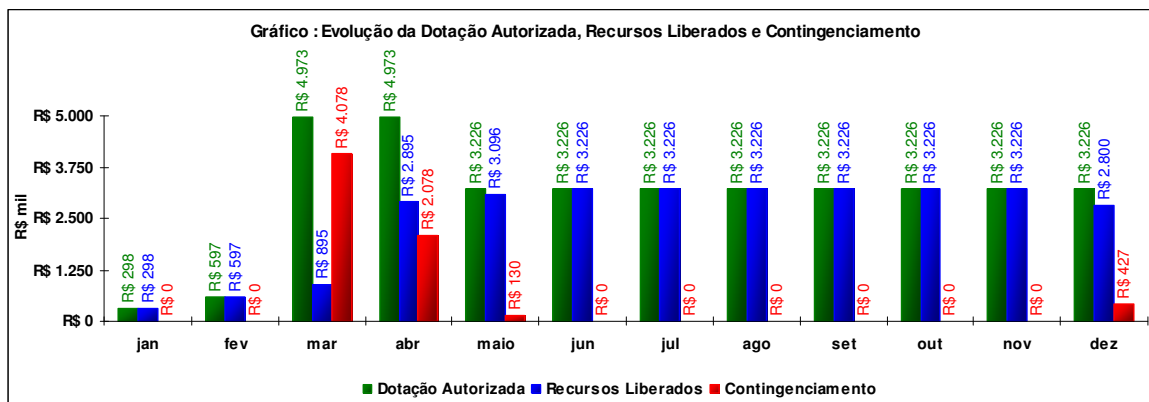
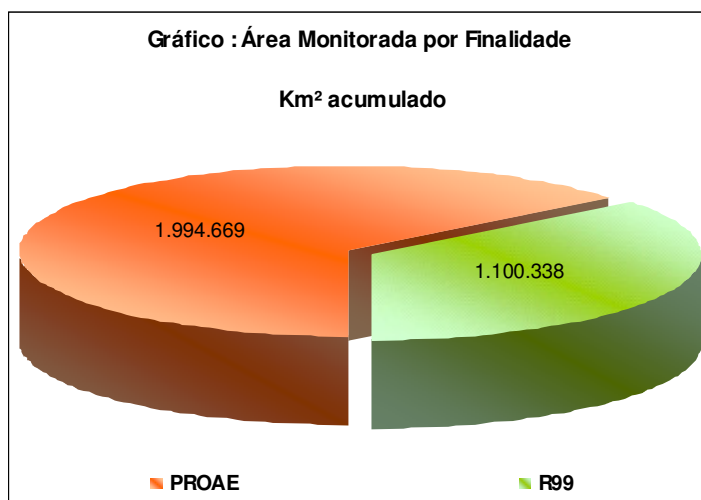
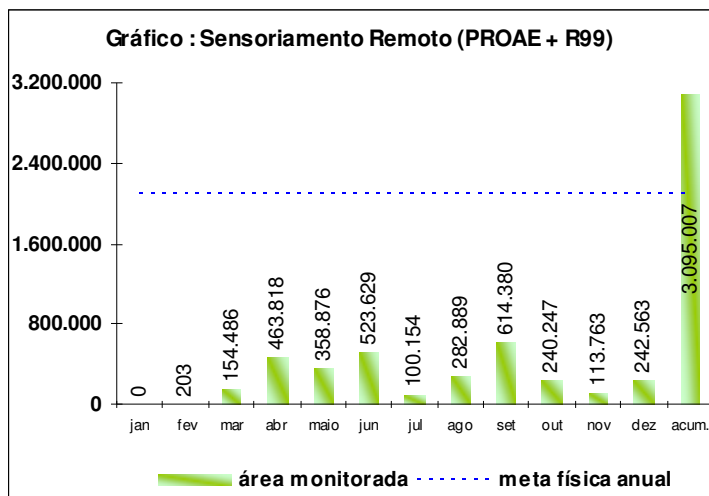
<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Planejar, coordenar e executar missões com emprego das aeronaves de sensoriamento remoto do SIPAM, com vistas à geração de informações sobre a cobertura vegetal, a hidrologia, os ecossistemas, o uso e ocupação dos espaços
<b>Descrição</b>	Aquisição, internalização, processamento e análise das imagens e sinais dos sensores remotos, incluindo SAR (Radar de Abertura Sintética), MSS (Scanner Multiespectral), HSS (Scanner hiperespectral), e OIS (Subsistema Óptico e Infravermelho), radares meteorológicos, e imagens satelitais
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Wougran Soares Galvão
<b>Unidades executoras</b>	Unidades do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
<b>Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação</b>	Diretoria de Produtos
<b>Competências institucionais requeridas para a execução da ação</b>	Gerenciar a implementação de ações cooperativas, em parceria com órgãos e agências governamentais, com atuação e interesse na área, buscando evitar duplicidade de esforços e perdas da eficiência e eficácia dos resultados

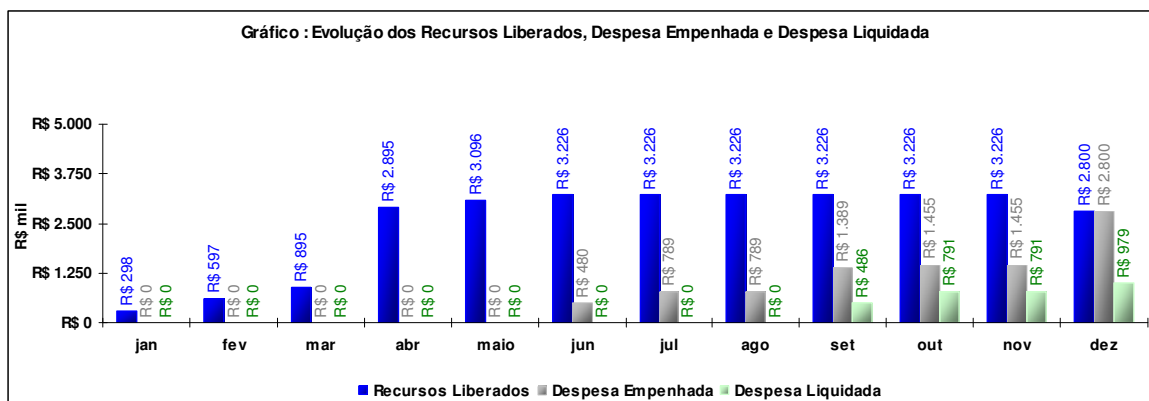
Tabela 8 – Metas e resultados da ação no exercício

<b>META</b>	<b>PREVISÃO</b>	<b>EXECUÇÃO</b>	<b>EXECUÇÃO/PREVISÃO %</b>
<b>Financeira</b>	R\$ 3.226.300,00	R\$ 2.799.730,00	86,78
<b>Física (1)</b>	2.097.959	3.095.007	147,52

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLan) em 18/02/09

(1) Produto: área monitorada em Km<sup>2</sup>





### 2.3.2.3 Ação 6808 – Monitoramento Territorial e Ações de Inteligência

Membro permanente do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), o Censipam utiliza da inteligência tecnológica para produzir conhecimentos úteis ao Estado brasileiro. Sensoriamento remoto, inteligência eletrônica, avançadas técnicas de análise (como data mining) e modelagem e análise de riscos são algumas das formas que o Censipam utiliza para ajudar no combate a ilícitos na região amazônica.

Para atender as demandas das Forças Armadas e demais órgãos de segurança pública e proteção ambiental, o Censipam realizou diversas atividades em 2008, com destaque para:

- Fornecimento de equipamentos de rádio determinação por satélite (RDSS), que permite a comunicação, geoposicionamento e acompanhamento de equipes de campo no terreno, em tempo real;
- Cartas de imagens;
- Mapas temáticos;
- Cartogramas de situação;
- Software de visualização e as respectivas orientações de utilização; e
- Atendimento de pedidos de inteligência com Relatórios de Inteligência (Relint).

O Censipam produziu cerca de 187 relatórios e disponibilizou equipamentos que contribuíram para inúmeras atividades de proteção da região amazônica. Dentre elas podemos citar a participação do Censipam em 19 operações especiais das forças de segurança e de entidades de proteção ambiental. Entre as instituições que solicitaram o apoio destacam-se a Polícia Federal, Abin/GSI, Ibama, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Cíveis dos Estados da Região, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Incra, Força Nacional de Segurança, Defesa Civil do Estado da Amazônia, Marinha, Aeronáutica e Exército brasileiros.

Além de atender demandas de parceiros, em 2008 foi possível ampliar as parcerias. A inauguração do Centro Integrado de Proteção da Amazônia possibilitou que o Censipam, o Departamento de Polícia Federal, a Receita Federal, o Ibama e o Comando Militar da Amazônia,

trabalhassem de forma integrada no combate ao tráfico de drogas, contrabando e desmatamento em Tabatinga (AM).

Em relação à execução orçamentária da ação, o Censipam e a Comissão para Coordenação do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia (CCSivam) assinaram um Termo de Cooperação, com o desígnio de recuperar o parque de antenas HF/DF do Censipam, em sítios localizados em Belém, Boa Vista e Porto Velho.

Tabela 9 – Dados gerais da ação

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Desenvolver atividades de inteligência, utilizando-se a infraestrutura do SIPAM, com vistas à proteção estratégica e ambiental da região amazônica
<b>Descrição</b>	Monitoramento dos movimentos aéreos, terrestres e fluviais relacionados com atividades ilícitas, identificação e localização de cultivos ilegais, assentamentos e campos de pousos irregulares, áreas de mineração ilegal e outros, gerando informações sobre a cobertura vegetal, hidrologia, ecossistemas, uso e ocupação dos espaços
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Ricardo Augusto Silverio dos Santos
<b>Unidades executoras</b>	Unidades do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
<b>Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação</b>	Assessoria de Inteligência
<b>Competências institucionais requeridas para a execução da ação</b>	Gerenciar a implementação de ações cooperativas, em parceria com órgãos e agências governamentais, com atuação e interesse na área, buscando evitar duplicidade de esforços e perdas da eficiência e eficácia dos resultados

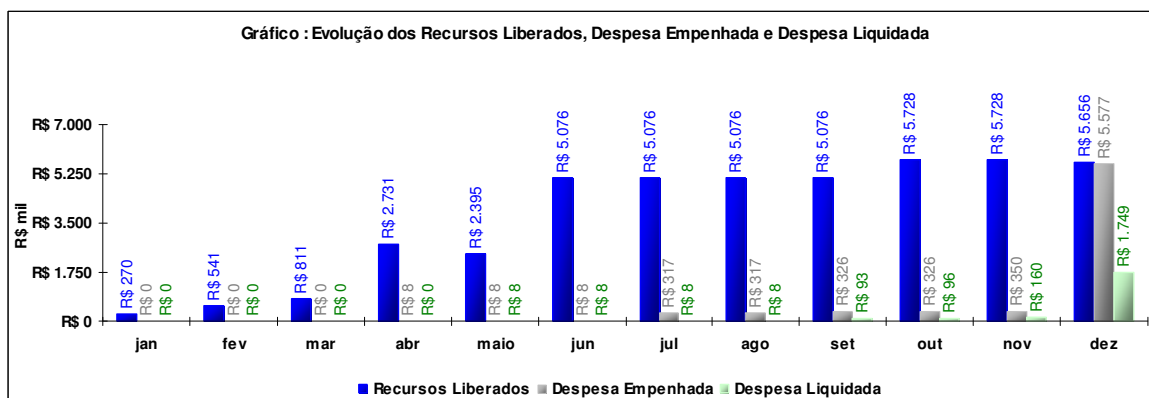
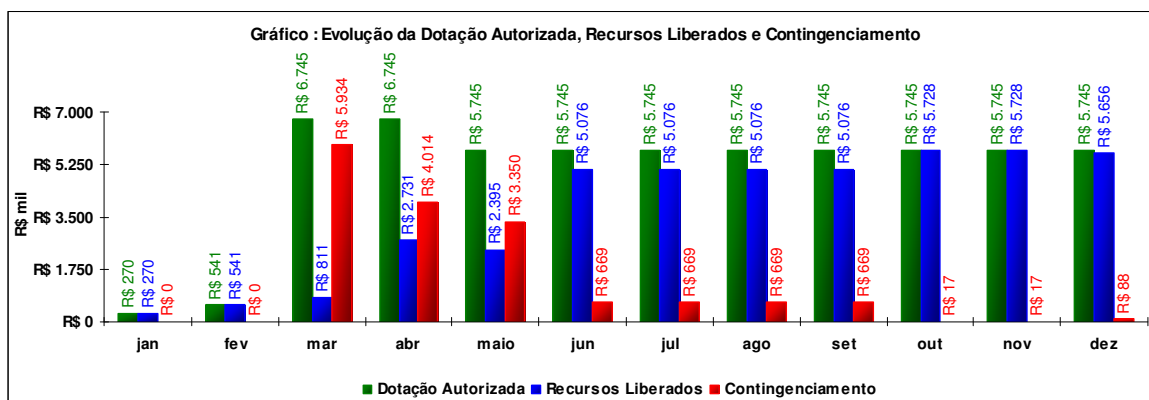
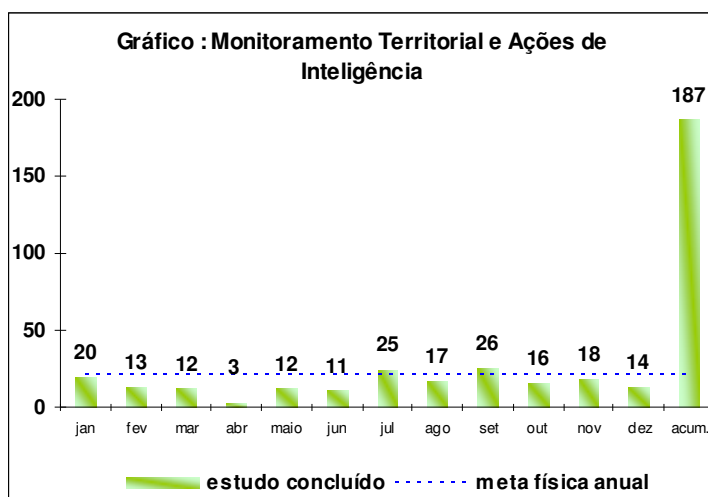
Tabela 10 – Metas e resultados da ação no exercício

<b>META</b>	<b>PREVISÃO</b>	<b>EXECUÇÃO</b>	<b>EXECUÇÃO/PREVISÃO %</b>
<b>Financeira</b>	R\$ 5.744.756,00	R\$ 5.577.250,00	97,08
<b>Física (1)</b>	21	187	890,48

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN) em 18/02/09

(1) Produto: estudo concluído





#### 2.3.2.4 Ação 20AY – Evolução dos Sistemas de Telecomunicações, Tecnologia da Informação e Base de Dados

A ação orçamentária “Evolução dos Sistemas de Telecomunicações, Tecnologia da Informação e Base de Dados” incumbe-se de modernizar e manter a infraestrutura tecnológica do Censipam.

A instituição trabalhou para manter em funcionamento os terminais de acesso à voz e dados via satélite (VSATs), distribuídos em pontos isolados na Amazônia Legal. O Censipam

manteve operacionais 86% dos aproximadamente 670 terminais de acesso remoto. Realizou-se 41 missões de manutenção, sendo 447 VSATs visitadas e 302 VSATs recuperadas.

Missões de campo VSAT'S/TUR	Ano	
	2007	2008
Total de missões realizadas	17	41
Total de VSAT's visitadas	250	447
Total de VSAT's recuperadas	87	302
Índice operacional - %	50,5	86

Igualmente, o Censipam realizou missões de campo para a manutenção das LDN (Rede de Detecção de Raios), composta por doze sensores. Durante as missões foram visitados e receberam manutenção os sensores de Tucuruí, Parauapebas, Redenção, São Félix do Araguaia, Carolina (todos no Pará) e São Luís (MA).

Ademais, o Censipam desenvolveu o Portal de Informações de Manutenção (PIM) como ferramenta gerencial para o controle de todas as atividades de manutenção sendo, principalmente, das Estações VSAT's e dos Terminais de Usuários Remotos (TUR). O Programa foi disponibilizado na intranet do Censipam, onde todos os Centros Regionais têm acesso. O PIM fornece dados estatísticos e uma visualização da localização das VSAT's/TUR, utilizando de camada do Google Map. Este Portal agrega um conjunto de aplicações de controle de subsistemas afetos à manutenção, tais como: os equipamentos das VSAT's, sensores das Estações Meteorológicas de Superfície, Unidades de Detecção de Raios, dentre outros. Permite também o gerenciamento de todas as informações para controle do parque instalado e das ações de reparo, instalação e retiradas nas missões de campo. Além de fornecer indicadores de desempenho por meio de gráficos e mapas, que subsidiarão a tomada de decisões estratégicas.

Ainda dentro desta mesma ação orçamentária, equipamentos que compõe a rede de comunicações foram modernizados e ampliados. Também se expandiu a rede de servidores e a solução de armazenamento de backup. A modernização da infraestrutura da Tecnologia da Informação melhorou o armazenamento de dados geográficos do Sipam. Além disso, o Censipam investiu na aquisição de:

a) roteadores de borda para acesso à internet em todos os seus Centros Regionais. Os novos equipamentos permitem o uso otimizado da banda de internet dos Centros Regionais e a disponibilidade de serviços adicionais aos usuários;

b) cluster de processamento, com infraestrutura modular de alta performance, para atender às demandas da Divisão de Meteorologia do Centro Regional de Manaus. O novo cluster serve tanto para a previsão meteorológica quanto para os estudos de mudanças climáticas. O equipamento proverá um ganho de performance superior a 80%, permitindo o ingresso do Censipam na modelagem de estudos de mudanças climáticas;

c) cluster de processamento, com infraestrutura modular de alta performance, para atender às demandas da Divisão de Sensoriamento Remoto do Centro Regional de Manaus, que é responsável pelo processamento das imagens de radar obtidas através dos sensores das aeronaves R99 do Sipam. Devida à utilização de software (Prosar) desenvolvido pelo Instituto de Estudos Avançados da Aeronáutica (IEAV) no processamento das imagens, e tendo limitações de arquitetura de hardware onde possa operar, foi realizado um trabalho conjunto com o Instituto de

Estudos Avançados da Aeronáutica para testar e homologar o software em plataformas atuais. O novo cluster proverá um ganho de performance estimado em torno de 450%, permitindo o processamento simultâneo, de maneira ágil e confiável, de novas missões SAR, além da execução de missões com intervalos de tempo reduzidos.

d) 103 microcomputadores, sendo a maior parte utilizada na área de geoprocessamento. Os novos microcomputadores permitem a agilidade do conhecimento a partir das imagens produzidas e obtidas pelo Censipam. Além disso, apóiam as atividades técnicas como um todo, e permitem a criação das salas de treinamento em todos os Centros Regionais.

Tabela 11 – Dados gerais da ação

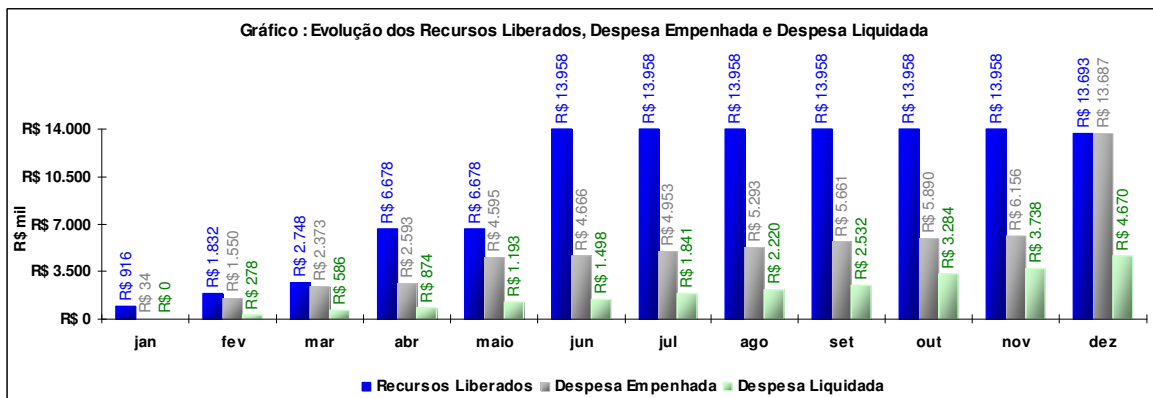
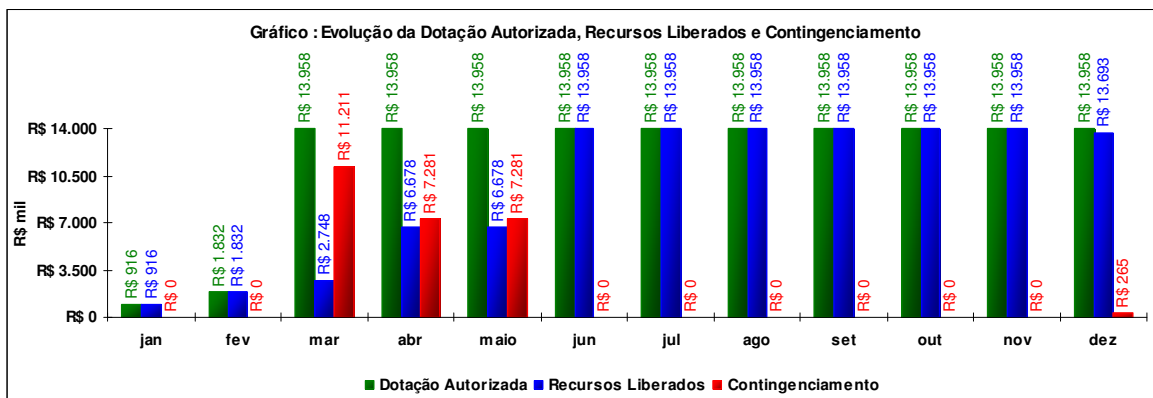
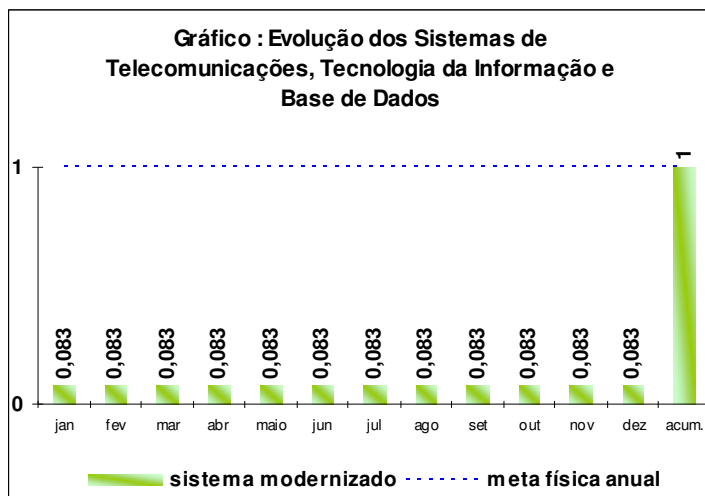
<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Manter e propiciar a evolução do perfil do parque tecnológico do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM com vistas a atender à geração e integração de informações sobre a Amazônia Legal, possibilitando assim, melhor planejamento, articulação e coordenação das ações de governo na região
<b>Descrição</b>	Gerenciamento e sistematização de dados e informações sobre a Amazônia, garantindo a qualidade e a idoneidade dos produtos gerados pelo Censipam por meio da evolução dos sistemas de telecomunicações e de tecnologia da informação com investimentos para o incremento da infraestrutura tecnológica e para evolução de softwares, garantindo ainda a manutenção de todo sistema em perfeito funcionamento
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Cristiano da Cunha Duarte
<b>Unidades executoras</b>	Unidades do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
<b>Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação</b>	Diretoria Técnica
<b>Competências institucionais requeridas para a execução da ação</b>	Desenvolver ações para atualização e evolução continuada do conceito e do aparato tecnológico do SIPAM

Tabela 12 – Metas e resultados da ação no exercício

<b>META</b>	<b>PREVISÃO</b>	<b>EXECUÇÃO</b>	<b>EXECUÇÃO/PREVISÃO %</b>
<b>Financeira</b>	R\$ 13.958.173,00	R\$ 13.686.717,00	98,06
<b>Física (1)</b>	1	1	100

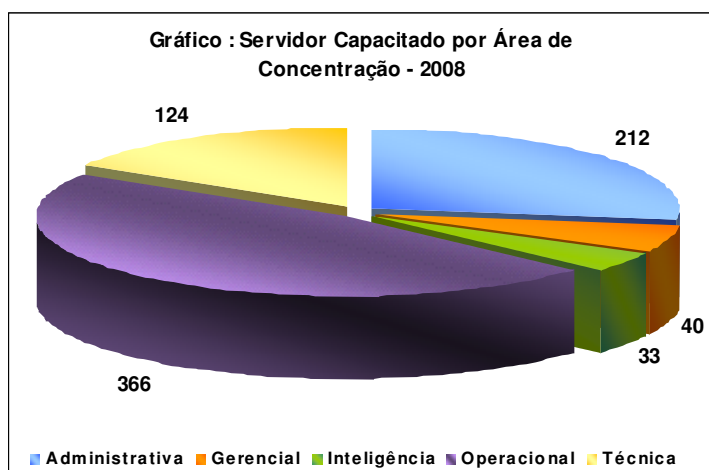
Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLan) em 18/02/09

(1) Produto: sistema modernizado



### 2.3.2.5 Ação 4091 – Capacitação de Recursos Humanos

Em relação à Gestão de Pessoas, sucederam 775 capacitações valendo-se de recursos orçamentários da ação “Capacitação de Recursos Humanos”. Destas capacitações, 48% se concentraram na área operacional, 27% na área administrativa, 16% na área técnica e os outros 9% nas áreas de inteligência e gerencial.



Quanto a capacitações por Centros, o Centro de Coordenação Geral – CCG – de Brasília apresentou a maior quantidade de servidores capacitados, 28,5% do total, enquanto o Centro Regional de Porto Velho registrou 19,5% do total de capacitações em 2008.

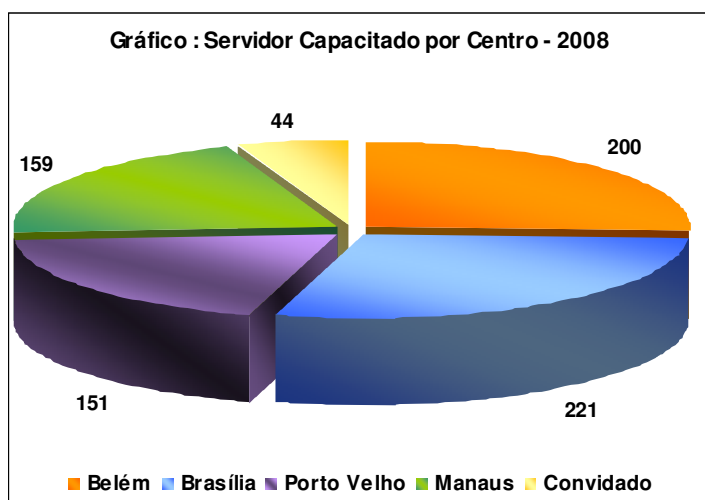


Tabela 13 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
<b>Finalidade</b>	Proporcionar ao quadro de integrantes do Órgão a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, de modo a atender aos anseios da sociedade cada vez com maior presteza, primando assim pela transparência e a objetividade das informações prestadas aos cidadãos
<b>Descrição</b>	Oferecimento, aos servidores e demais agentes vinculados ao Órgão, de cursos de treinamento, palestras, exposições, congressos e outros eventos, voltados para capacitação técnica e assimilação de conhecimentos, com vistas ao desempenho de suas atividades com maior eficácia; modernização dos serviços e procedimentos dos órgãos onde atuam diretamente
<b>Unidade responsável pelas</b>	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia

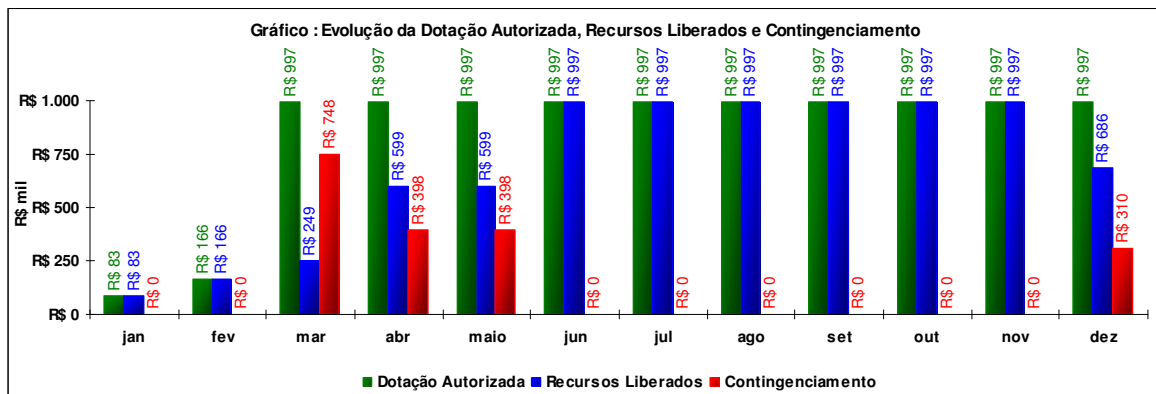
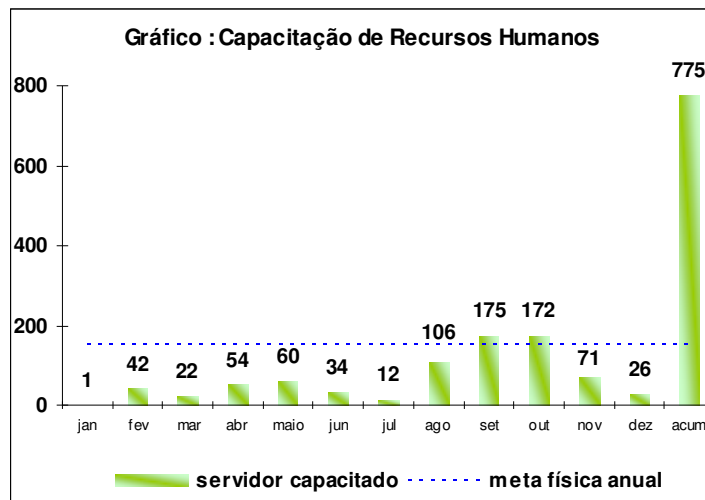
<b>decisões estratégicas</b>	
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Rogério Guedes Soares
<b>Unidades executoras</b>	Unidades do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
<b>Áreas (dentro da UJ) responsáveis por ou gerenciamento execução da ação</b>	Assessoria de Desenvolvimento de Pessoas
<b>Competências institucionais requeridas para a execução da ação</b>	Fomentar e realizar estudos e pesquisas, bem assim o desenvolvimento de recursos humanos no âmbito de sua competência

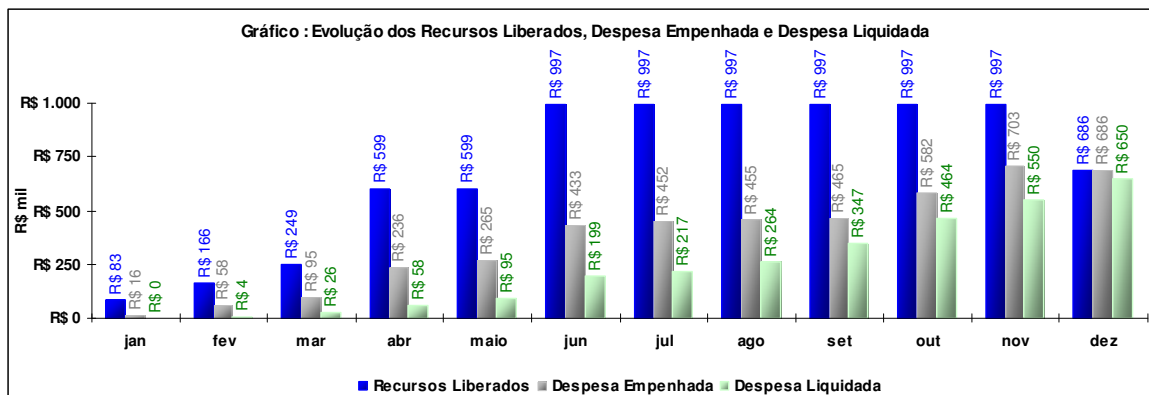
Tabela 14 – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
<b>Financeira</b>	R\$ 996.704,00	R\$ 686.207,00	68,85
<b>Física (1)</b>	150	775	516,67

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLan) em 18/02/09

(1) Produto: servidor capacitado





### 2.3.2.6 Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

A ação orçamentária “Gestão e Administração do Programa” incumbiu-se da gestão administrativa. Destaca-se durante a gestão de 2008 a implantação do sistema de controle de materiais, a elaboração do catálogo de materiais, a aprovação de uma nova estrutura organizacional e a proposição de um regimento interno baseado neste organograma, a implantação do novo site da instituição na internet disponibilizando serviços on-line como: imagens de satélite e de radar, boletins meteorológicos, a rede de detecção de raios e informações espaciais da sua base de dados.

Vale dizer sobre as ações realizadas no âmbito internacional disseminando o modelo brasileiro de proteção da Amazônia junto aos países amazônicos.

O Censipam participou em novembro de 2008 da oficina de casos exitosos, promovida pela Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana (IIRSA), em Bogotá, Colômbia. O diretor-geral apresentou o trabalho desenvolvido pelo Sipam de monitoramento da Amazônia Legal. A oficina fazia parte dos objetivos do IIRSA de iniciar um processo de intercâmbio de experiências exitosas entre os governos dos países sul-americanos. Esse encontro resultou no apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em investir com recursos, a fundo perdido, na realização de missões técnicas nos países amazônicos (Colômbia, Peru, Venezuela, Bolívia, Suriname, República da Guiana e Equador - além da Guiana Francesa, que pertence à França) interessados em implementar sistemas para as suas regiões amazônicas semelhantes ao do Sipam no Brasil.

O Censipam também promoveu uma missão em Quito, no Equador, na busca de realizar ações conjuntas para a defesa da Amazônia. Além de apresentar as autoridades civis e militares do Equador o trabalho desenvolvido pelo Censipam. O diretor-geral explicou os potenciais de cooperação entre os dois países, como a possibilidade de atuação conjunta em áreas como as de proteção ambiental e de repressão a ilícitos. A missão foi realizada em atendimento à solicitação da embaixada do Equador no Brasil.

Além disso, a estrutura, as operações e os produtos gerados pelo Censipam foram apresentados para cerca de 200 representantes do governo boliviano em La Paz.

Por fim, a relação bilateral mais avançada construída pelo Censipam foi estabelecida com o Peru culminando na III Reunião do Grupo de Trabalho Binacional. Neste último encontro, a cooperação ganhou novas áreas de investigação, incorporando aos trabalhos o subgrupo para desenvolvimento conjunto na área de aplicações de software livre. Além dos trabalhos técnicos na área institucional, de sensoriamento remoto, de hidrologia e de software livre, a reunião também contemplou apresentação pelo lado brasileiro sobre o potencial de desenvolvimento de projeto conjunto de um sistema de informação para o monitoramento ambiental da Amazônia.

Tabela 15 – Dados gerais da ação

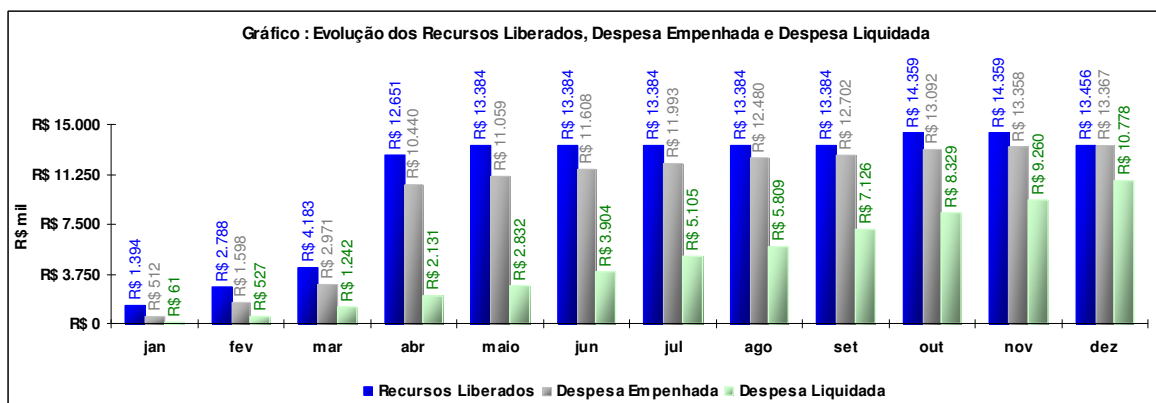
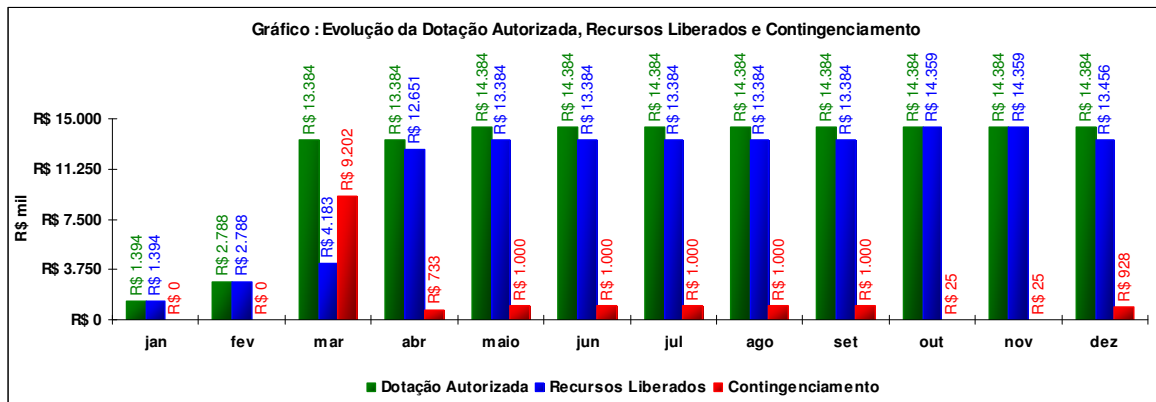
<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa
<b>Descrição</b>	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividade-meio necessárias à gestão e administração do programa
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Rogério Guedes Soares
<b>Unidades executoras</b>	Unidades do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
<b>Áreas (dentro da UJ) responsáveis por ou gerenciamento execução da ação</b>	Diretoria Administrativa e Financeira
<b>Competências institucionais requeridas para a execução da ação</b>	Supervisionar, coordenar e desenvolver as ações necessárias à implementação das atividades administrativa, logística, técnica, operacional e de manutenção, em apoio à atuação integrada dos representantes dos órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não-governamentais, no âmbito do SIPAM

Tabela 16 – Metas e resultados da ação no exercício



META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
<b>Financeira</b>	R\$ 14.384.180,00	R\$ 13.358.728,00	92,87
<b>Física</b>	Não há previsão de execução física		

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN) em 18/02/09

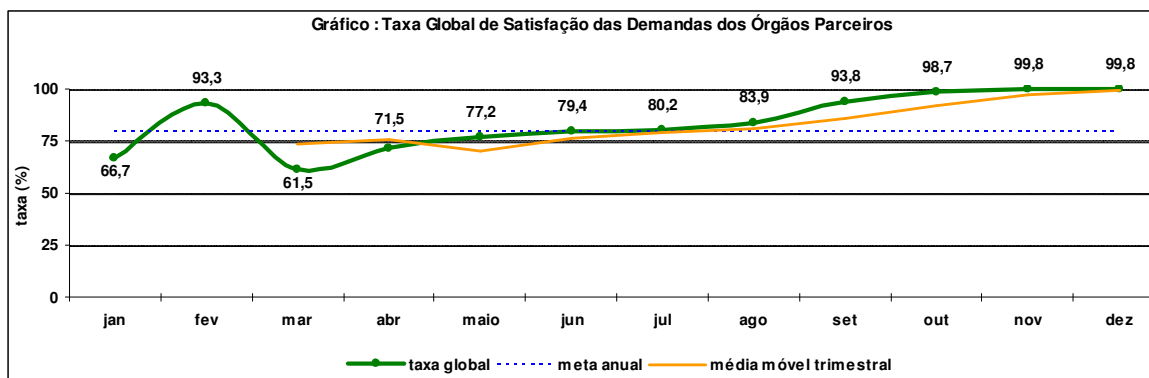


## 2.4 DESEMPENHO OPERACIONAL

O Censipam trabalha em parceria com diversos órgãos que utilizam a infraestrutura do Sipam para a geração de conhecimento e informações a cerca da Região Amazônica. Visando um melhor acompanhamento desta proposta, o Censipam desenvolveu uma série de indicadores que utilizam a capacidade de atendimento das demandas dos órgãos parceiros, nas atividades caracterizadas como as de maior valor agregado, como medida da integração entre órgãos de governo com atuação na Amazônia, e do provimento de informações integradas.

O indicador do Programa representa uma média aritmética simples das taxas de satisfação das demandas das atividades de meteorologia, sensoriamento remoto, inteligência, varia de 0 a 100, e seu valor representa o percentual de demandas de órgãos parceiros, nas áreas citadas, que puderam ser atendidas pelo Censipam.

O Censipam tem como meta, expressa no PPA 2008-2011, atingir taxa média de satisfação de 80% em 2008. Neste ano, o Censipam atingiu taxa média de satisfação de 99,8%.



1. Denominação: Taxa Global de Satisfação das Demandas Meteorologia, Sensoriamento Remoto e Inteligência dos Órgãos Parceiros

1.1. Utilidade: capacidade de atendimento das demandas dos órgãos parceiros, nas atividades caracterizadas como as de maior valor agregado, como medida da integração entre órgãos de governo com atuação na Amazônia, e do provimento de informações integradas.

1.2 Tipo: eficácia

1.3 Fórmula de Cálculo: média aritmética simples das taxas de satisfação das demandas das atividades de meteorologia, sensoriamento remoto, inteligência, varia de 0 a 100, e seu valor representa o percentual de demandas de órgãos parceiros, nas áreas citadas, que puderam ser atendidas pelo Censipam.

1.4 Método de Aferição (conjunto de técnicas utilizadas para mensurar os dados que constituirão a fórmula de cálculo): São enviadas mensalmente pela Divisão de Meteorologia do Centro Regional de Manaus, pela Coordenação Geral de Inteligência e pela Coordenação de Manutenção de Sensores a taxa de satisfação das demandas de meteorologia, de sensoriamento remoto e inteligência respectivamente.

1.5 Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Assessoria de Planejamento e Orçamento

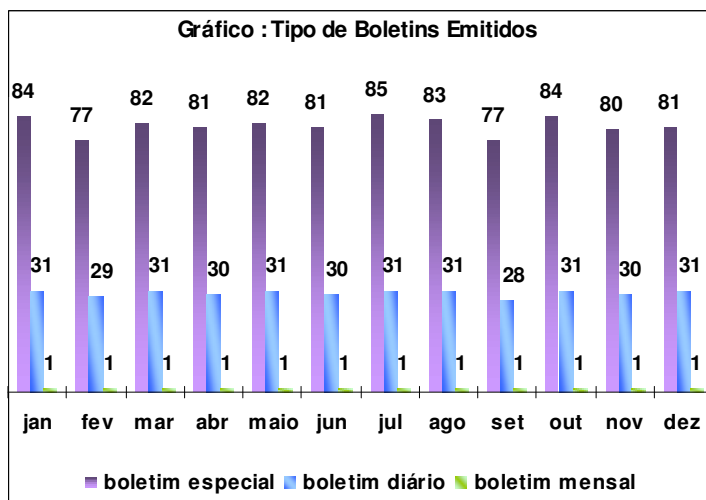
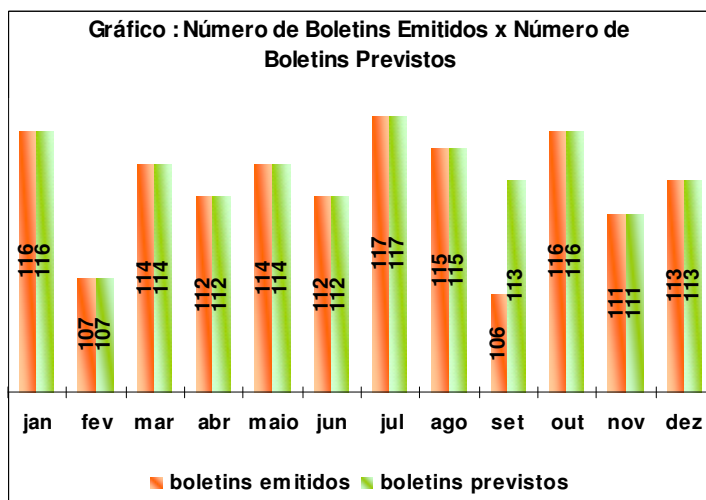
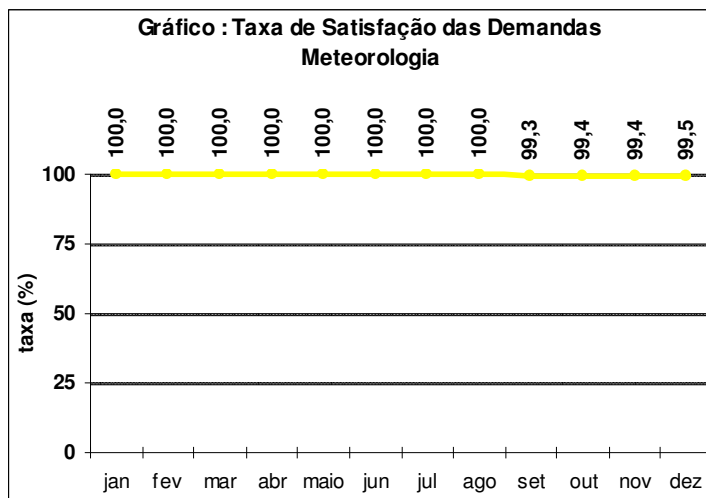
1.6 Resultado do indicador no exercício: 99,8%

1.7 Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Expressa no PPA 2008-2011, o indicador superou a meta de 80% estipulada para 2008.

1.8 Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: não há.

A taxa de satisfação das demandas de meteorologia representa uma razão percentual entre o número de boletins emitidos e o número de boletins previstos. A atividade meteorológica do Censipam produz para os órgãos parceiros e a sociedade três tipos de boletins segundo a periodicidade de divulgação: um boletim mensal, um boletim diário e três boletins especiais em dias úteis ou dois boletins especiais aos sábados, domingos e feriados. Durante os meses de janeiro a dezembro, a taxa de satisfação das demandas na área meteorológica corresponde a

99,5%. Neste período de tempo, foram emitidos e previstos 1353 e 1360 boletins respectivamente.



## 2. Denominação: Taxa de satisfação das demandas de meteorologia

2.1. Utilidade: capacidade de atendimento das demandas dos órgãos parceiros na atividade de meteorologia.

2.2 Tipo: eficácia

2.3 Fórmula de Cálculo: razão percentual entre o número de boletins emitidos e o número de boletins previstos

2.4 Método de Aferição (conjunto de técnicas utilizadas para mensurar os dados que constituirão a fórmula de cálculo): O número de boletins previstos baseia-se na seguinte periodicidade de divulgação planejada: um boletim mensal, um boletim diário e três boletins especiais em dias úteis ou dois boletins especiais aos sábados, domingos e feriados. Por outro lado, os boletins são elaborados pela equipe técnica da Divisão de Meteorologia do Centro Regional de Manaus por meio da análise de imagens obtidas por satélites meteorológicos, de radares meteorológicos, de modelos numéricos de previsão de tempo e demais informações climáticas necessárias para a elaboração do boletim climático.

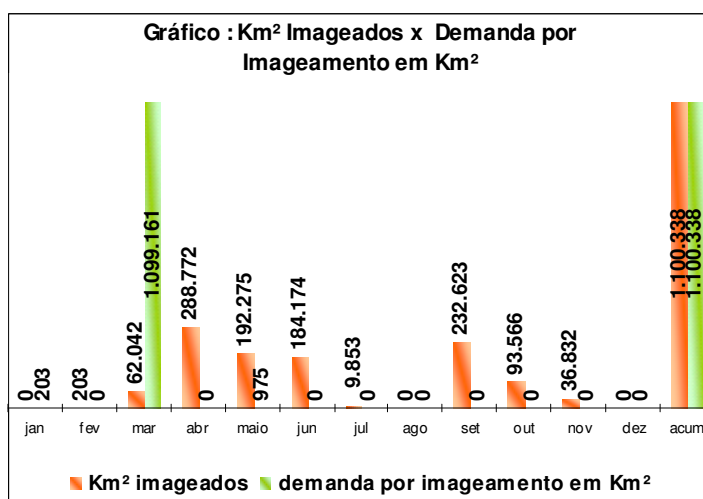
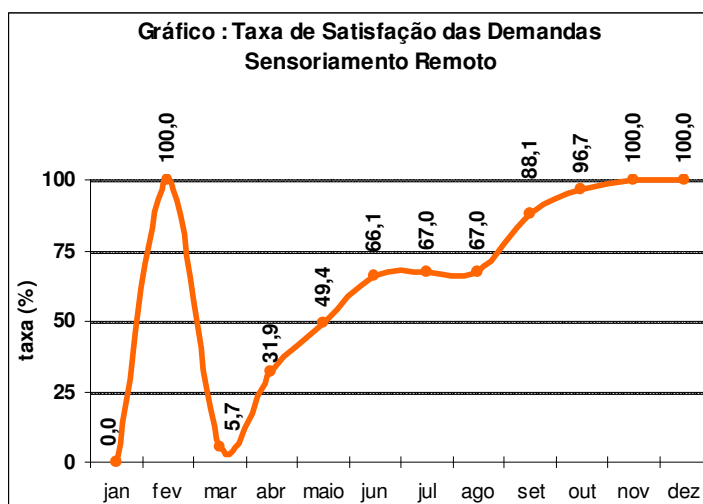
2.5 Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Divisão de Meteorologia do Centro Regional de Manaus

2.6 Resultado do indicador no exercício: 99,5%

2.7 Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: não há

2.8 Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: não há

A taxa de satisfação das demandas de sensoriamento remoto representa uma razão percentual entre o número de quilômetros quadrados imageados pelo Censipam e a demanda por imageamento em quilômetros quadrados dos órgãos parceiros. Na área de sensoriamento remoto, a maior demanda ocorreu em março de 2008, a pedido do Ministério do Meio Ambiente. O Censipam iniciou o trabalho de sobrevôo nos 36 municípios da Amazônia Legal que mais desmataram a floresta nos últimos 5 anos. Ao final do ano, imageou-se aproximadamente 1.100 mil quilômetros quadrados através dos sensores das aeronaves R99 do Sipam. Esse material será fundamental para orientar as ações de prevenção, controle e fiscalização do Ministério do Meio Ambiente. Além disso, servirá de prova judicial para punir os desmatadores da floresta amazônica. As imagens, de alta resolução, também serão disponibilizadas aos Estados e municípios, ajudando-os na gestão territorial e na fiscalização.



### 3. Denominação: Taxa de satisfação das demandas de sensoriamento remoto

3.1. Utilidade: capacidade de atendimento das demandas dos órgãos parceiros na atividade de sensoriamento remoto.

#### 3.2 Tipo: eficácia

3.3 Fórmula de Cálculo: razão percentual entre o número de quilômetros quadrados imageados pelo Censipam e a demanda por imageamento em quilômetros quadrados dos órgãos parceiros.

3.4 Método de Aferição (conjunto de técnicas utilizadas para mensurar os dados que constituirão a fórmula de cálculo):

- O Censipam recebe a demanda do órgão parceiro;
- O Censipam confirma a área a ser imageada e aprova preliminarmente;
- Após aprovação, o Censipam encaminha para a 2ª Esquadrilha do 6º Grupo de Aviação (2ª/6º GAV) a área a ser imageada para a confecção do plano de vôo;

- d) 2ª/6ª GAV confecciona o plano de vôo e encaminha ao Censipam para ajustes e aprovação final;
- e) Aprovado pelo Censipam, a 2ª/6ª GAV realiza vôo de imageamento de acordo com o plano de vôo;
- f) Após realização do vôo as fitas DCRSI são encaminhadas ao Centro de Coordenação Geral – CCG – de Brasília que por sua vez envia as fitas a Divisão de Sensoriamento Remoto do Centro Regional de Manaus para o processamento das imagens;
- g) Uma vez processadas as fitas se tem o resultado dos segmentos de área que obtiveram êxito.

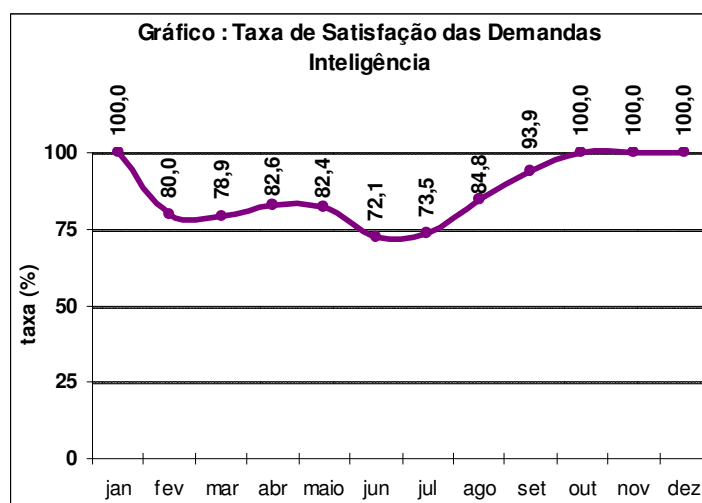
3.5 Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação de Manutenção de Sensores

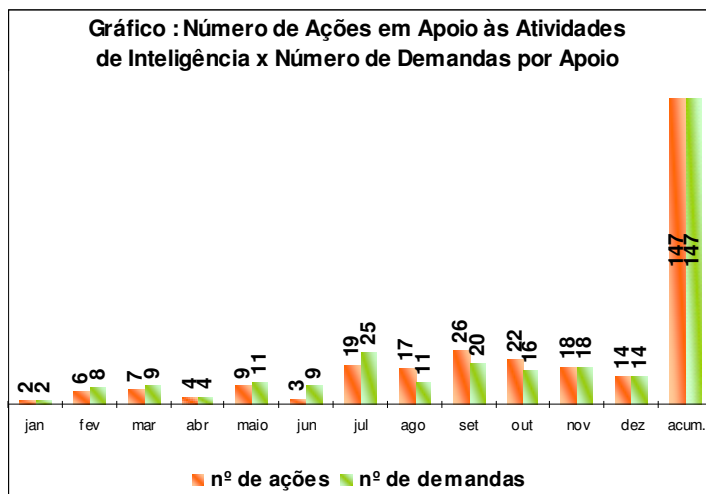
3.6 Resultado do indicador no exercício: 100%

3.7 Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: apesar do resultado do indicador, a eficiência da atividade se mostra aquém do desejável em razão de diversos fatores, tais como: interferência das condições climáticas no momento da execução do plano de vôo, obsolescência dos equipamentos, perda de dados em razão das qualidades intrínsecas das fitas DCRSI, entre outros. Todos estes fatos elevam o número de horas de vôos das aeronaves R99 para se imagear uma determinada área o que onera em demasiado o custo da operação.

3.8 Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: não há

A taxa de satisfação das demandas de inteligência representa uma razão percentual entre o número de ações em apoio aos órgãos parceiros relacionadas com atividades de inteligência e o número de demandas por apoio de tais órgãos. Na área de inteligência, o Censipam na qualidade de membro permanente do Sistema Brasileiro de Inteligência – Sisbin – atendeu 147 pedidos com Relatórios de Inteligência.





#### 4. Denominação: Taxa de satisfação das demandas de inteligência

4.1. Utilidade: capacidade de atendimento das demandas dos órgãos parceiros na atividade de inteligência.

#### 4.2 Tipo: eficácia

4.3 Fórmula de Cálculo: razão percentual entre o número de ações em apoio aos órgãos parceiros relacionados com atividades de inteligência e o número de demandas por apoio de tais órgãos

4.4 Método de Aferição (conjunto de técnicas utilizadas para mensurar os dados que constituirão a fórmula de cálculo): O número de demandas por apoio dos órgãos parceiros é medido pela quantidade de documentos formais enviados por tais órgãos a Coordenação Geral de Inteligência. Por outro lado, o número de ações em apoio aos órgãos parceiros é mensurado pela quantidade de relatórios de inteligência elaborados pela Coordenação em resposta aos documentos formais.

#### 4.5 Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação Geral de Inteligência

#### 4.6 Resultado do indicador no exercício: 100,0%

4.7 Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: não há

4.8 Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: não há

Até o momento, o Censipam não possui implantados indicadores do tipo eficiência e efetividade.

#### 2.4.1 Evolução dos gastos gerais

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
1. PASSAGENS	331.241,45	707.751,11	924.933,13
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	216.213,19	524.062,08	666.329,43
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			
3.1. Publicidade (1)	92.736,44	33.336,21	35.310,15
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	2.352.360,93	2.532.490,00	1.950.331,31
3.3. Tecnologia da informação	11.565.161,32	1.951.950,33	2.475.736,92
3.4. Outras Terceirizações	5.540.485,60	4.854.314,51	7.373.859,72
3.5. Suprimento de fundos			
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	36.521,18	27.876,72	54.226,54
<b>TOTAIS</b>	<b>20.134.720,11</b>	<b>10.631.780,96</b>	<b>13.480.727,20</b>

Fonte: Siafi

(1) Publicidade Oficial: Imprensa e Radiobrás

### 3 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não houve ocorrências no período.

### 4 RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

**Quadro II.A.2** – Execução de Restos a Pagar no Exercício por ano de inscrição no Siafi

ANO DE INSCRIÇÃO	RP PROCESSADOS			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2005	0,00	0,00	0,00	0,00
2006	0,00	0,00	0,00	0,00
2007	0,00	0,00	0,00	0,00

ANO DE INSCRIÇÃO	RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2005	0,00	0,00	0,00	0,00
2006	4.004.770,61	0,00	0,00	4.004.770,61
2007	5.791.078,85	1.587.033,22	2.235.296,36	1.968.749,27

Relação dos empenhos inscritos em restos a pagar há mais de um exercício financeiro:

2006NE000016 – Fundação Aplicação de Tecnologias Críticas – R\$ 122.755,79

2006NE000042 – Fundação Aplicação de Tecnologias Críticas – R\$ 3.881.742,80

**Justificativa:** Suspensão do pagamento em função dos Processos Administrativos nºs 000001.021332/2003-79 e 00012.000915/2006-80.

2006NE900164 – Brasjet Logística Transporte e Representações – R\$ 272,02

**Justificativa:** O documento hábil para realização do pagamento não foi encaminhado até a presente data, apesar das cobranças realizadas pelo Gestor do contrato.



2007NE000215 – Associação dos Engenheiros de Pesca – R\$ 400,00

2007NE900381 – Associação Brasileira de Estudos do Quaternário – R\$ 450,00

2007NE900389 – Itaipu Binacional – R\$ 200,00

**Justificativa:** Os documentos hábeis para realização do pagamento não foram encaminhados até a presente data, apesar das cobranças realizadas pela área de capacitação.

2007NE000281 – Cetest Minas Engenharia e Serviços – R\$ 1.511.710,03

**Justificativa:** Suspensão do pagamento em função da abertura de Processo Administrativo nº 00012.000775/2007-21.

2007NE900463 – Carlos Batista Informática – ME – R\$ 455.989,24

**Justificativa:** Suspensão da aquisição/pagamento em função da abertura de inquérito na Polícia Federal para investigação de irregularidades (violação de etiquetas da Microsoft). Processo Administrativo nº 00012.001585/2007-21

## 5 DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO

### Quadro II.A.3 – Transferências (convênios e outros tipos)

Tipo	Código Siafi / Siasg	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos (nº do processo e do termo, data assinatura, vigência etc)	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido ou transferido no exercício	Contrapartida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?)
convênio	599159	Processo Administrativo: 00012.001838/2005-02 Assinatura: 19/12/07 Vigência: 24 meses	Recrutamento de bolsistas para a realização de pesquisa aplicada no Centro Regional de Manaus	07/01/08	2.200.000,00	Não foram repassados recursos no ano de 2008	200.000,00	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas 05.666.943/0001-71	A segunda parcela prevista não foi repassada, tendo em vista a baixa adesão de bolsistas ao programa
acordo	-	Processo Administrativo: 00012.001780/2007-51 Assinatura: 26/02/08 Vigência: 7 anos	Realização de atividades conjuntas para a consecução do “Projeto de Implantação de Cartografia da Amazônia”	29/02/08	350.000.000,00	68.532.012,00	A regulação das atividades se dá em Plano de Trabalho vinculado a Acordo de Cooperação Técnica. Sendo assim, não há contrapartida exigida.	Serviço Geológico Brasileiro 00.091.652/0001-89 Comando do Exército 00.394.452/0534-87 Comando da Marinha 00.394.502/0009-00 Comando da Aeronáutica 00.394.429/0054-12	Cumprimento regular pelos partícipes

acordo	-	Processo Administrativo: 00012.000968/2006-09 Assinatura: 31/10/08 Vigência: 18 meses	Atividades conjuntas para a recuperação do parque de antenas do sistema de comunicação HF/DF	12/11/08	10.539.215,00	7.118.000,00	A regulação das atividades se dá em Plano de Trabalho vinculado a Termo de Cooperação. Sendo assim, não há contrapartida exigida	Comissão para Coordenação do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia 00.394.429/0066-56	Cumprimento regular das disposições contidas no Plano de Trabalho
convênio	701988	Processo Administrativo: 00012.001641/2008-16 Assinatura: 17/12/08 Vigência: 24 meses	Introdução de aperfeiçoamentos técnicos no Projeto do Radar de Defesa Antiaérea de Baixa Altura SABER M60	22/12/08	2.600.000,00	2.300.000,00	400.000,00 - não financeira	Fundação Ricardo Franco 02.519.717/0001-70 (conveniente) Comando do Exército 08.635.952/0001-93	Os trabalhos estão apenas no início
convênio	295831	Processo Administrativo: 00001.018849/2003-81 Assinatura: 28/11/2003 Vigência: 36 meses a partir da publicação no D.O.U.	Interligação do sistema integrado de radiogoniometria da Marinha com o sistema de HF/DF do Censipam	15/12/2003	10.333.333,35	Não foram repassados recursos no ano de 2008	não financeira	Diretoria de Telecomunicações da Marinha 00.394.502/0394-31	O processo encontra-se em status de adimplente, com a prestação de contas aprovaada, faltando apenas a alteração da situação do convênio para concluído no SIAFI, vide mensagem 2008/1303610, da CCONT/STN, de 11/11/08.

convênio	473121	Processo Administrativo: 00140.000692/2002-61 Assinatura: 24/12/2002 Vigência: 12 meses a partir da data da liberação dos recursos	Estruturação e implantação de programas de educação à distância	27/12/2002	619.752,22	Não foram repassados recursos no ano de 2008	323.320,79	Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões 02.806.229/0001-43 Fundação Universidade do Amazonas (interveniente) 04.378.626/0001-97	Não foram encontrados autos em questão. Foi oficiado (Ofício n. 92/Censipam, de 18 de fevereiro de 2009) requerendo-se cópia dos autos do convênio. O ofício foi atendido e os documentos enviados estão sob análise da Coordenação-Geral de Integração Institucional para providências.
convênio	473124	Processo Administrativo: 00001.008367/2002-31 Assinatura: 24/12/2002 Vigência: 12 meses	Viabilização da execução de projeto piloto para implantação do laboratório de geoprocessamento	27/12/2002	701.933,00	Não foram repassados recursos no ano de 2008	315.406,04	Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões 02.806.229/0001-43 Fundação Universidade do Amazonas (interveniente) 04.378.626/0001-97	O Processo foi encerrado no âmbito do Censipam, em despacho de 20 de dezembro de 2007 (fls. 957 e 958) e apresenta situação de concluído no SIAFI.
convênio	501077	Processo Administrativo: 00001.017319/2003-15 Assinatura: 17/05/2004 Vigência: 17 meses a partir da data da assinatura	Desenvolvimento e implementação de um sistema de alerta de desmatamento	07/06/04	352.980,00	Não foram repassados recursos no ano de 2008	74.400,00	Universidade Federal de Goiás 01.567.601/0001-43	Para o encerramento do convênio, faz-se apenas necessária a comprovação nos autos da patrimonialização dos bens remanescentes do convênio em favor da UFG.

Notas:

**1. Convênio nº 701988:** A razão de não constar registro do Convênio nº 701988 no SIAFI, esclarecemos que o mesmo foi operacionalizado por meio do SICONV, no Portal de Convênios, em atendimento a Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 127/2008.

**2. Acordo de Processo Administrativo nº 00012.001780/2007-51 – Cartografia da Amazônia:** Natureza jurídica – Acordo de Cooperação Técnica para a definição de linhas gerais do Projeto e o detalhamento técnico e financeiro previsto em Plano de Trabalho único. Os recursos repassados são feitos por destaques orçamentários.

**3. Acordo de Processo Administrativo nº 0012.000968/2006-09 – Recuperação de antenas HF/DF:** Natureza jurídica – Termo de Cooperação previsto no Decreto nº 6.170 de 25 de julho de 2007 (inciso III do §1º do art. 1º) – Retificar, no caso, pois não se trata de Acordo e, sim, de Termo de Cooperação.

**4. Convênio nº 295831:** Não houve repasse da terceira parcela prevista, uma vez que a consecução do objeto do convênio tornou-se impossibilitada por questão técnicas. Diante da liberação de apenas duas parcelas, para o devido encerramento do convênio sem a liberação da terceira, houve uma apreciação técnica dos trabalhos realizados e das contas apresentadas pela conveniente. Considerou-se que o cronograma físico e financeiro foi devidamente cumprido, proporcionalmente à liberação dos recursos. Sendo assim, foi concluído o convênio sem a liberação de todos os valores previstos.

**5. Convênio nº 473121:** Diante da ausência dos autos, as cópias fornecidas pela conveniente, ainda em análise, poderão apontar as razões da não liberação de todos os recursos conforme previstos no Convênio.

## **6 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA**

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

## **7 FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS**

Não houve ocorrências no período.

## **8 RENÚNCIA TRIBUTÁRIA**

Não houve ocorrências no período.

## **9 DECLARAÇÃO DE SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA**

Não houve ocorrências no período.

## **10 OPERAÇÕES DE FUNDOS**

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

## **11 DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO**

Tabela 17 – Cartão de crédito corporativo: série histórica das despesas

Agente Suprido	2006		2007		2008	
	Fatura	Saque	Fatura	Saque	Fatura	Saque
ALVARO AUGUSTO MENINEA	9.541,49	-	1.347,80	-	-	-
ASTREA A. J. CARDOSO	4.078,27	1.080,13	5.136,34	-	1622,57	-
HEITOR RAIMUNDO DA SILVA	7.012,11	638,80	4.675,45	924,00	-	-
ANASILDO C. LIMA	-	2.811,15	-	-	-	-
JOSÉ NEUMAR M. DA SILVEIRA	4.731,02	-	-	-	-	-
ADRIANO DE P. E SOUZA	-	1.519,00	-	-	-	-
HUGGO L. LIRA FERREIRA	-	730,52	1.571,70	736,82	4.719,32	180,00
SERGIO DOS SANTOS ZIELI	-	-	1.079,16	711,35	324,00	385,00
NESTOR R. G. SANTORUM	6.889,09	489,60	3.918,40	100,00	6.154,15	-
NILTON VITORIANO GEBER	-	-	2.788,70	1.183,99	1.461,60	1.063,40
VITORINHA SOUZA DE OURO	-	-	182,00	60,00	10.243,82	1.669,52
JOSÉ R. DE OLIVEIRA	-	-	2.310,46	550,00	4.951,59	800,00
ARILSON GALDINO DA SILVA	-	-	309,05	20,00	3.667,02	2.053,12
MARIA DO SOCORRO	-	-	91,50	-	1.720,78	-

CARLOS SIMÕES PEREIRA	-	-	-	-	1.752,68	650,00
AUGUSTO RABELO CHAVES	-	-	-	-	3.292,47	610,00
JULIO CÉSAR MACHADO	-	-	-	-	2.304,64	-
FRANCINA FELIX DA SILVA	-	-	-	-	2.118,50	-
<b>TOTAL</b>	<b>32.251,98</b>	<b>7.269,20</b>	<b>23.410,56</b>	<b>4.466,16</b>	<b>44.333,14</b>	<b>7.411,04</b>
	<b>39.521,18</b>		<b>27.876,72</b>		<b>51.744,18</b>	

Fonte: SIAFI

Tabela 18 – Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG, consoante previsão do art. 6º da Portaria MP nº 41, de 04.03.2005

<b>Limite de utilização total da UG: 94.000,00</b>	
<b>Natureza dos gastos permitidos: 33.90.30; 33.90.39</b>	
<b>Limites concedidos a cada portador</b>	
<b>Portador</b>	<b>Limite</b>
Arilson Galdino da Silva	11.040,00
Astréa Alves Jordão	2.491,00
Carlos Simões Pereira	6.702,00
Huggo Lopes Lira Ferreira	12.289,00
José Rodrigues de Oliveira	7.880,00
Maria do Socorro Ferreira Cruz	13.000,00
Nestor Regis Garcia Santorum	12.800,00
Nilton Vitoriano Geber	6.566,00
Sérgio dos Santos Ziele	5.742,00
Vitorinha Souza de Ouro	20.031,00
Augusto Rabelo Chaves	13.401,00
Júlio César Machado	9.750,00
Francina Félix da Silva	4.500,00

## 12 RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

### 1.1 RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 06/2008

#### 1.2 Descrição da recomendação:

Observar o disposto no art.45 do Decreto nº 93.872/1986 e as alterações do Decreto nº 6.370/2008.

#### 1.3 Setor responsável pela implementação

Diretoria Administrativa e Financeira

#### 1.4 Providências a serem implementadas

Os processos de concessão de Suprimento de Fundos vêm sendo materializados com base no Ofício-Circular/Censipam nº 08, de 12 de novembro de 2007, guardando conformidade com a legislação aplicável, em especial, os Decretos nºs 93.872/86 e 6.370/08.

## 2.1 RELATÓRIO DE AUDITORIA N° 06/2008

### 2.2 Descrição da recomendação:

Promover o saneamento do material levando em consideração os itens inativos, ou seja, aqueles que não são movimentados em certo período estipulado pelo órgão, e comprovadamente desnecessários para utilização, conforme estabelece o item 7.1.2. da Instrução Normativa SEDAP n.º 205, de 08/04/1988.

### 2.3 Setor responsável pela implementação

Diretoria Administrativa e Financeira

### 2.4 Providências implementadas

O Diretor de Administração e Finanças do CENSIPAM constituiu por meio da Portaria nº108, de 11/06/2008, Comissões permanentes de cessão e alienação dos bens de consumo e descarte de material reciclável, com a finalidade de proceder à alienação de bens de consumo e descarte de material reciclável, nos almoxarifados dos Centros, em conformidade com o decreto nº 99.658 de 30/10/1990, Decreto nº6087 de 20/04/2007.

## 3.1 RELATÓRIO DE AUDITORIA N° 06/2008

### 3.2 Descrição da recomendação:

Promover estudo quanto à viabilidade de abastecimento de veículos oficiais por meio de bomba instalada nos tanques de armazenamento de óleo diesel, ou por meio de abastecimento nos postos contratados para este fim, observando os princípios do custo-benefício, economicidade, segurança das instalações e logística de transporte.

### 3.3 Setor responsável pela implementação

Diretoria Administrativa e Financeira

### 3.4 Providências implementadas

A Diretoria de Administração e Finanças do CENSIPAM - DIRAF providenciou Termo Aditivo nº. 01 de 27./05./2008, ao Contrato nº 18/2008, de 04 de abril de 2008, cujo objeto é a contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis ao CTO BE. O referido Termo Aditivo garante que o abastecimento, inclusive de óleo Diesel, dos veículos oficiais do CTO BE, seja feito diretamente no posto contratado para esse fim, o que passou a ser feito desde então.

Portanto os veículos estão sendo abastecidos a partir de 27/05/08 no Posto Platina conforme aditivo do contrato nº018/2008, sendo os veículos encaminhados para abastecer com ordem de abastecimento.

## 4.1 RELATÓRIO DE AUDITORIA N° 06/2008



#### 4.2 Descrição da recomendação:

Efetuar o levantamento mensal do estoque de combustíveis e providenciar os respectivos registros contábeis, conforme determina o de acordo Acórdão 38/1999 – TCU –Plenário, bem como proceder ao inventário físico, com vistas ao ajuste dos dados escriturais de saldos e movimentações dos estoques com o saldo físico real nas instalações de armazenagem de combustível (tanques), de acordo com item nº 8 da IN nº 205, de 08/04/1988.

#### 4.3 Setor responsável pela recomendação

Diretoria Administrativa e Financeira

#### 4.4 Providências implementadas

No mês de julho de 2008, com a implantação do Sistema Siads de controle de materiais, foi realizado o ajuste do inventário e dos respectivos registros contábeis.

### 5.1 RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 06/2008

#### 5.2 Descrição da recomendação:

Observar os procedimentos preconizados na Instrução Normativa nº 1, de 21 de junho de 2007, que dispõe sobre aquisição, reaproveitamento, cadastramento, custo operacional, cessão, alienação, classificação, utilização, características, identificação, definição do quantitativo e licenciamento de veículos oficiais.

#### 5.3 Setor responsável pela implementação

Diretoria Administrativa e Financeira

#### 5.4 Providências a serem implementadas

Além da melhora do sistema de controle de utilização de viaturas com a mudança das fichas de controle, foi implementada uma Coordenação de Serviços Gerais no CCG de Brasília e uma Divisão de Serviços Gerais em cada Centro Regional, que estão incumbidas da organização e controle da utilização de veículos.

Estão sendo observados, também, os procedimentos preconizados na Instrução Normativa nº 1 de 21/06/2007 do MP.

### 6.1 RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 06/2008

#### 6.2 Descrição da recomendação:

Proceder ao correto preenchimento da “Ficha de Uso de Veículo Oficial”, com registro diário do horário da saída ou chegada dos veículos, hodômetro inicial/final e assinatura do solicitante, em observância à Norma X-105 da Secretaria de Administração da Casa Civil.

Verificar se no ato da concessão de diárias, no período de 21 a 22/12/2007, foi observado o disposto no § 1º do art. 16 da Instrução Normativa 01-MPOG/CLTI de 21/06/2007, procedendo aos devidos ajustes, se for o caso.

Observar o disposto no inciso VIII, artigo 8º do Decreto nº 6.403, de 17/3/2008 que veda a guarda dos veículos oficiais em garagem residencial, salvo quando houver autorização da autoridade máxima do órgão ou entidade.

#### 6.3 Setor responsável pela implementação

Diretoria Administrativa e Financeira

#### 6.4 Providências implementadas

1ª recomendação – Foi adequado o formulário de uso de veículo oficial em obediência a norma X-105, porém com as características do Censipam e todos os campos obrigatórios de preenchimento estão sendo cumpridos desde o início deste exercício, nos quatro Centros do Censipam.

2ª recomendação – O Diretor Geral nas viagens inerentes ao trabalho não recebeu o auxílio transporte que trata o art. 8º do Decreto nº 5.992 de 19/12/2006, sendo que nos pedidos de concessões de diárias tal auxílio não é solicitado.

3ª recomendação – Em todos os Centros do Censipam está em prática o recolhimento dos veículos oficiais nas suas dependências não sendo autorizado em nenhuma hipótese à guarda em garagem particular.

#### 7.1 RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 06/2008

##### 7.2 Descrição da recomendação:

Encaminhar a esta Ciset a comprovação da regularização do pagamento de diárias internacionais, que totalizaram o valor de US\$ 2.010,00, observando, doravante, o disposto na letra b do inciso II do artigo 2º do Decreto nº 5.992/2006, quando do ato de concessão.

#### 7.3 Setor responsável pela implementação

Diretoria Administrativa e Financeira

#### 7.4 Providências implementadas

Já foi regularizado o pagamento das diárias internacionais, e também já houve a devolução dos valores pagos a mais, inclusive foi encaminhado a Ciset o ofício n.º 421 de 25/06/2008.

#### 8.1 RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 06/2008

##### 8.2 Descrição da recomendação:

Comprovar a realização de serviços nas localidades acima mencionadas de modo a justificar a concessão do adicional de deslocamento, bem como os pagamentos realizados a esse título, em consonância ao artigo 8º do Decreto nº 5.992/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.258/2007.

### 8.3 Setor responsável pela implementação

Diretoria Administrativa e Financeira

### 8.4 Providências implementadas

Processo nº 00012.001420/2007-59 – Acatou-se a constatação da concessão de 01(um) adicional de deslocamento, referente ao trecho Juína/Cuiabá, no dia 17/10/2007, pois no mesmo dia os servidores embarcaram para a cidade de origem (Manaus).

Foram encaminhados os Memorandos nº 598, de 26/06/08, solicitando aos servidores a devolução dos valores até o dia 02/07/2008 e os valores foram recolhidos.

Processos: 00012.001389/2007-56, 00012.000693/2007-86, 00012.000951/2007-24 e 00012.001441/2007-74. Discordou-se da constatação, pois os adicionais pagos não foram concedidos para o retorno à localidade de origem, mas dentro dos deslocamentos para as cidades de destino, conforme programação da viagem, que por vezes contemplava o retorno para uma cidade já percorrida, mas sempre ocorrendo pernoite, ou seja, pagamento de diárias, seguindo o entendimento exposto no Ofício nº 208/98/DIORC/COGLE/DENOR/SRH/MARE, de 27/04/98.

Nestes casos, está claro que o retorno para uma localidade já percorrida envolve a realização de atividades, sendo que o servidor vai arcar com a despesa de transporte do local de embarque/desembarque até o local de trabalho ou hospedagem e vice-versa.

A viagem, por si só, já é em caráter de serviço, caso haja alguma localidade que sirva de “ponte” para se chegar ao local desejado, mas havendo pernoite (pagamento de diárias), não há que se falar em comprovar a realização de serviços nessa localidade.

Em face do exposto, ratificou-se o entendimento de que havendo pernoite, é devido o adicional de deslocamento, que é destinado a cobrir despesas de deslocamento até o local de embarque e do desembarque até o local de trabalho ou de hospedagem e vice-versa.

Referências: Decreto 343, de 19/11/91, revogado pelo Decreto 5.992, de 19/12/06, alterado pelo Decreto 6.258, de 19/11/2007. Lei 8.112, de 11/12/90, alterada pela Lei 9.527, de 10/12/97. Ofício 208/98/DIORC/COGLE/DENOR/SRH/MARE, de 27/04/98, Parecer 95/92/DRH/SAF.

Foi implantado, também, o Sistema eletrônico de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP do Governo Federal, quando se espera solucionar ocorrências desta natureza.

## 9.1 RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 06/2008

### 9.2 Descrição da recomendação:

Observar orientação do TCU, constante no título “Fracionamento de Despesa” da publicação “Licitações e Contratos”, o qual preconiza que a Administração deverá preservar sempre a modalidade de licitação pertinente ao todo que deveria ser contratado.

#### 9.3 Setor responsável pela implementação

Diretoria Administrativa e Financeira

#### 9.4 Providências implementadas

A Coordenação de Licitação e Contratos implementou sistemática de registro, controle e acompanhamento de todas as compras e contratação de serviços de modo a permitir uma fácil detecção de processos que possam incorrer em fracionamento de despesas.

### 10.1 RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 06/2008

#### 10.2 Descrição da recomendação:

Observar nas próximas repactuações o contido no subitem 4.3.6 do Acórdão 827/2008 – TCU – 2ª Câmara, no sentido de que promova ampla pesquisa de preços quando da prorrogação de contrato de natureza continuada ou repactuação de valores contratados para os referidos serviços.

#### 10.3 Setor responsável pela implementação

Diretoria Administrativa e Financeira

#### 10.4 Providências implementadas

Considera-se importante à realização de uma ampla pesquisa de preços no mercado e de uma correta estimativa de custos que forneça os parâmetros para a Administração avaliar a compatibilidade dos preços contratados com os praticados no mercado onde são realizados os serviços, ou seja, em Brasília, Manaus, Belém e Porto Velho, verificando a razoabilidade do valor a ser desembolsado, afastando a prática de atos possivelmente antieconômicos.

Foi implementada esta prática nas renovações contratuais e/ou repactuações de preços contratados para que sejam precedidas de pesquisas de preços junto a outros Órgãos Públicos ou ainda a outras empresas que prestam o mesmo serviço. As pesquisas estão sendo realizadas pelos Fiscais de Contratos do Centro de Coordenação Geral em Brasília e de cada Centro Regional em Manaus/AM, Belém/PA e Porto Velho/RO.

### 11.1 RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 06/2008

#### 11.2 Descrição da recomendação:

Revisar e ajustar todos os contratos de terceirização e convênios que contenham parcelas referentes ao FGTS, bem como de indenização por rescisão sem justa causa aos patamares do que preceitua a Lei Complementar nº 110/2001, em atendimento aos termos do Acórdão nº 353/2008-Plenário – TCU.

### 11.3 Setor responsável pela implementação

Diretoria Administrativa e Financeira

### 11.4 Providências implementadas

O CENSIPAM efetuou levantamento dos Contratos de mão-de-obra para análise de cada planilha de custos e formação de preços a fim de que possamos adotar as medidas necessárias, tomando como base as orientações do Relatório de Auditoria 06/2008 – TCA – Ciset, o disposto no § 2º do art. 2º da Lei Complementar nº 110/2001 e em atenção ao § 5º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

### 12.1 RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 06/2008

#### 12.2 Descrição da recomendação:

Proceder ao desconto no faturamento mensal do valor correspondente à qualidade de horas não atendidas, em atendimento à alínea “s” da Cláusula Segunda do Contrato nº 06/2006.

### 12.3 Setor responsável pela implementação

Diretoria Administrativa e Financeira

### 12.4 Providências implementadas

O Contrato 06/2006 celebrado em 15/02/2006 com a Empresa Novo Tempo Comércio e Serviços Ltda., que tem como objeto a prestação de serviços de limpeza e conservação no Centro Técnico e Operacional do CENSIPAM em Manaus/AM - CTO-MN, foi prorrogado em 2 (duas) oportunidades sendo a última em 13/02/2008 com vigência para 12(doze) meses.

O Gestor do Contrato em seu Relatório mensal de Acompanhamento e Fiscalização de Contratos relatou falhas da Empresa Novo Tempo no cumprimento do Contrato 06/2006, conforme ofícios nºs 003/2008/PT nº -CTO/MN, Contrato nº 06-2006/SIPAM/CTO-MN, Ofício nº002/2008/Contrato nº 002/2008/PT, caracterizando pagamentos aos funcionários da Empresa em desacordo com a orientação contida no Ofício nº 634/DIARF/CENSIPAM de 12/12/2007.

Inicialmente, a Gestora do Contrato solicita a glosa em função de cada funcionário faltante, 6 (seis) empregados, no valor total de R\$ 1.077,35 (um mil, setenta e setenta e sete reais) sobre a NF nº 002450, no valor de R\$ 31.485,55 (trinta e um mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), sendo que o valor efetivamente pago a Empresa foi de R\$ 30.408,20 (trinta mil, quatrocentos e oito reais e vinte centavos).

Além das irregularidades citadas acima O Gestor apontou outras, que transcrevemos resumidamente abaixo:

a) funcionários com uniformes incompletos (sem calçados adequados): Itens “d” e “dd” do contrato;

b) falta de equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços: itens “f”, “g”, e “y” Cláusula Primeira do subitem 5.1 do termo de Referência combinado com os itens “f” e “g” da Cláusula Segunda do contrato;

c) pagamento em atraso dos salários dos empregados, o que está se tornando prática recorrente.

Pelos fatos relatados acima a Empresa Novo Tempo foi notificada com ADVERTÊNCIA, com base no item 5 (cinco) da Cláusula Décima Primeira e subsidiada pelo inciso I do artigo 87 da Lei 8666/93, conforme Ofício DIRAF/CENSIPAM Nº 306/2008 de 12/05/2008. A notificação da Empresa Novo Tempo (CNPJ 02381255000177) foi registrada no SIASG/SICAF em 30/04/2008. Em seguida, em função da reincidência no descumprimento de Cláusulas Contratuais, por meio do Ofício DIRAF/CENSIPAM Nº 306/2008 de 12/05/2008, foi aplicada penalidade de MULTA de 10% (dez por cento) do valor mensal da contratação, correspondente ao valor de R\$ 3.148,55 (três mil, cento e quarenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos), conforme prevê o item “3” da CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA, por infração do parágrafo primeiro –art. 453– da CLT concomitantemente com o item “cc”, CLÁUSULA SEGUNDA do contrato. Para recolhimento da sanção de Multa foi emitida a Guia de Recolhimento da União – GRU em nome da Novo Tempo Comércio e Serviços Ltda, com vencimento para o dia 23/05/2008. Em função do não recolhimento da GRU pela Empresa, procedemos à retenção da multa aplicada, no ato do pagamento da NF nº 002450 (Proc nº 00014.000189/2008-47). O registro da penalidade de multa da Empresa Novo Tempo (CNPJ 02381255000177) foi registrada no SIASG/SICAF em 28/05/2008.

O contrato foi rescindido pela própria empresa, que não teve condições de seguir com o seu normal cumprimento. Está em fase de licitação a contratação de nova empresa para realização dos serviços.

### 13.1 RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 06/2008

#### 13.2 Descrição da recomendação:

Notificar a empresa, dando ciência das sanções cabíveis, para que observe o disposto na alínea “p” da Cláusula Segunda do Contrato nº 06/2006.

#### 13.3 Setor responsável pela implementação

Diretoria Administrativa e Financeira

#### 13.4 Providências implementadas

A empresa já foi notificada conforme a explanação do item anterior.

### 14.1 RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 06/2008

#### 14.2 Descrição da recomendação:

Designar fiscais para os contratos administrativos, observando o princípio da segregação de funções.

#### 14.3 Setor responsável pela implementação

Diretoria Administrativa e Financeira

#### 14.4 Providências implementadas

O Censipam possui quadro restrito de servidores na área administrativa no Centro Regional de Belém, por isso em alguns casos mais de um contrato foi fiscalizado pelo mesmo servidor designado. No entanto a fiscalização dos Contratos do CR-BE foram redistribuídas designando outros servidores conforme Portarias nºs 31/2008, 59/2008, 62/2008, 66/2008, 72/2008, 91/2008 e 106/2008.

#### 15.1 RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 06/2008

##### 15.2 Descrição da recomendação:

Adequar o Plano de Trabalho à nova situação do projeto com a Secretaria de Educação do Mato Grosso.

#### 15.3 Setor responsável pela implementação

Coordenação-Geral de Integração Institucional

#### 15.4 Providências implementadas

Não foi manifestado interesse da Secretaria em continuar com o Projeto.

#### 16.1 RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 06/2008

##### 16.2 Recomendação:

Proceder ao registro contábil, no sistema SIAFI, do Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2007, firmado entre o Censipam e o Estado de Mato Grosso.

#### 16.3 Setor responsável pela implementação

Diretoria Administrativa e Financeira

#### 16.4 Providências a serem implementadas

Foi registrado o ACT no SIAFI.

#### 17.1 RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 06/2008

##### 17.2 Recomendação:

Adotar providências com vistas aumentar os índices de operacionalização da rede VSAT, de forma a cumprir as metas estabelecidas, atentando para as recomendações/conclusões do Grupo de Trabalho constituído pela Portaria nº 98, de 11 de setembro de 2007.

Esclarecer as divergências referentes à quantidade de VSATs instaladas, apuradas pela equipe de auditoria em relação ao contido no Anexo A – Diagnóstico Operacional, página 6, da Nota Técnica do Grupo de Trabalho.

#### 17.3 Setor responsável pela implementação

Diretoria Técnica

#### 17.4 Providências implementadas

Por determinação da Direção-Geral foi incrementado, no ano de 2008, o número de Missões de Campo para a realização das manutenções das VSAT`s/TUR, sendo que no dia 26 de junho de 2008, a disponibilidade era de 75% que corresponde a 502 Terminais de um total de 668. Atualmente, o índice tem chegado a 80%.

Em relação ao ANEXO – DEMONSTRATIVO DAS CONSTATAÇÕES/INFORMAÇÕES – TOMADA DE CONTAS ANUAL, do Processo 00012.000203/2008-22, item 31 – INFORMAÇÃO, o total de Missões de Campo realizado foi de 27 (vinte e sete), para a manutenção das VSAT`s/TUR, agrupadas em 22 (vinte e dois) Relatórios conforme os Projetos Básicos especificado na relação constante do Anexo. Isto posto, às 15 (quinze) missões relacionadas no documento acima deverão ser acrescidas àquelas constantes da relação Anexa, permanecendo as mesmas justificativas reportadas no mesmo.

Em relação ao ANEXO – DEMONSTRATIVO DAS CONSTATAÇÕES/INFORMAÇÕES – TOMADA DE CONTAS ANUAL, do Processo 00012.000203/2008-22, item 33 – CONSTATAÇÃO, item 34 - INFORMAÇÃO, conforme informado anteriormente, foi incrementado o número de Missões de Campo para a operacionalização do maior número possível dos terminais VSAT`s/TUR. Foram reativados e otimizados os trabalhos do Setor de Atendimento de Usuários (ATU) nos Centros, para o levantamento de indicadores da real utilização dos terminais pelos Usuários, bem como estão sendo instalados novos terminais para apoiar a FUNAI, nos Postos Indígenas Isolados, e o Departamento de Polícia Federal, nos postos de fiscalização isolados na Amazônia Legal.

#### 18.1 RELATÓRIO DE AUDITORIA N° 06/2008

#### 18.2 Descrição da recomendação:

Envidar esforços com vistas à alocação de pessoal com qualificação específica para a atuação na área e à revitalização de sensores, radares e aeronaves de sensoriamento remoto.

#### 18.3 Setor responsável pela implementação

Diretoria de Produtos

#### 18.4 Providências implementadas:

A Gerência do Centro Regional de Porto Velho em atendimento ao Memorando Circular n. 13 de 17 de março de 2008, designou 2 servidores para a operação do GPIS, 2 servidores para



a operação do HF-DF, 2 servidores para o Placon e 2 servidores para sensoramento remoto. Semanalmente estão sendo enviados à Coordenação de Inteligência no CCG referentes ao GPIS, bem como o atendimento de demandas pontuais, solicitadas por órgãos parceiros.

#### 19.1 RELATÓRIO DE AUDITORIA N° 06/2008

##### 19.2 Descrição da recomendação:

Promover em tempo hábil a recarga de extintores da Unidade.

##### 19.3 Setor responsável pela implementação

Diretoria de Administração e Finanças

##### 19. 4 Providências implementadas:

Foi feito o levantamento de todos os agentes extintores pertencentes ao CCG e Centros Regionais MN/PV/BE, com as datas de validade da recarga e do teste hidrostático. A recarga dos extintores do CCG e CR's foi concluída.

#### 20.1 RELATÓRIO DE AUDITORIA N° 06/2008

##### 20.2 Descrição da recomendação:

Adotar medidas visando ao reaproveitamento do prédio do Centro de Apoio Logístico, tendo em vista os custos advindos da manutenção predial, energia e segurança.

##### 20.3 Setor responsável pela implementação

Diretoria-Geral

##### 20. 4 Providências implementadas:

Na medida em que a desativação momentânea do Centro de Apoio Logístico em Manaus ocorreu com vistas à economia de recursos públicos (apenas seis servidores ocupavam o prédio), há discordância parcial da recomendação. A redução de gastos se deu com a readequação dos contratos de serviços continuados então existentes naquela unidade. Atualmente, funciona a Coordenação de Manutenção (um dos blocos do prédio, com 4 salas) e a Superintendência da Agência Brasileira de Inteligência em Manaus, ocupando outro bloco com 22 salas. Além disso, temporariamente cedeu-se parte do espaço à Superintendência da Polícia Federal.

### **13 DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU**

#### 1.1 ACÓRDÃO 294/2008

##### 1.2 Descrição da determinação ou recomendação

Exigência de que os licitantes comprovassem aptidão para instalar ou manter sistemas de ar condicionado de, no mínimo, 1000TR, prevista no subitem 9.2.1, inciso VI, alínea “g” dos

editais dos Pregões Eletrônicos 25/2007 e 26/2007, quando os termos de referência dimensionaram a necessidade de 900 TR

### 1.3 Setor responsável pela implementação

Diretoria Administrativa e Financeira

### 1.4 Providências adotadas

Em consulta aos técnicos de manutenção, o Pregoeiro foi informado de que as quantidades das Unidades Resfriadoras de Líquido totalizam, nos Centros de Belém e Porto Velho, objeto dos Pregões 25 e 26/2007, são de 720TR cada, bem como os 43 Fancoil's de tamanhos variáveis de cada um dos Centros totalizam 1.482,5 TR, totalizando-se 2.202,5 TR instalada. Nesse caso, exige-se quantidade inferior àquela efetivamente instalada, conforme documentos em anexo. Não se trata, portanto, de exigência extravagante, uma vez que a capacidade instalada é até maior que aquela exigida, porém, a Administração entende que aquele capaz de atender a demanda de, no mínimo, 1000TR, é também capaz de atender a demanda da capacidade instalada (2.202,5 TR).

### 2.1 ACÓRDÃO 294/2008

### 2.2 Descrição ou determinação ou recomendação

Habilitação da empresa ANSETT Tecnologia e Engenharia S/A, tendo em vista não foram apresentados os documentos exigidos no subitem 9.2.1, inciso V, referente ao Senhor Omar Gomes da Silveira Filho e nos incisos VI, aliena "g" e XI dos editais dos Pregões Eletrônicos 24/2007 e 25/2007.

### 2.3 Setor responsável pela implementação

Diretoria Administrativa e Financeira

### 2.4 Providências adotadas

Esclarece-se, primeiramente, que no corpo do despacho encaminhado ao Censipam, no item 5.7.2, trata-se de discussão acerca da alínea "h" do inciso VI do subitem 9.2.1 do edital, ao contrário do que informa o ofício em epígrafe. Trata-se, portanto, de item relacionado a "implantação do PMOC".

Foi apresentado documento válido a comprovar a vinculação do citado profissional com a licitante, ou seja, contrato de prestação de serviços. Não coube ao pregoeiro ou ao técnico do Censipam em Manaus e Belém, a recusa do documento, uma vez juridicamente válido. Ficou, portanto, demonstrado o liame jurídico entre o senhor Omar e a empresa, o que bastou para garantir a demonstração da capacidade técnica exigida e para garantir que a empresa foi representada na vistoria por profissional qualificado. Não consta, de fato, a quitação do profissional Omar Gomes da Silveira Filho.

Não foi apresentado o referido PMOC, uma vez que a necessidade de sua presença no processo dá-se apenas na fase de execução do contrato, e não de sua habilitação, conforme se

verifica em arrazoado exarado pelo Pregoeiro. O acórdão 1605/2007-TCU-2a Câmara determina, inclusive, que o Censipam atenda-se, apenas, às exigências de habilitação contida nos artigos 28 a 31 da Lei 8.666/93.

Foi feita consulta pelo Pregoeiro ao balanço relativo à empresa no SICAF.

#### **14 ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO**

<b>ATOS</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>REGISTRADOS NO SISAC Quantidade</b>
Admissão	0	0
Desligamento	0	0
Aposentadoria	0	0
Pensão	0	0

O quadro com os atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício estão zerados porque o Censipam não possui quadro próprio.

#### **15 DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO**

Não constam, em processos administrativos no âmbito do Censipam, dispensas de tomada de contas especial ou outras medidas para a recuperação de valores. Atualmente, tramitam dois processos que poderão resultar na necessidade de instauração de tomadas de contas especial. Porém, eles estão em fase de análise jurídica pela Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República – SAJ, órgão que realiza o controle de legalidade dos atos do Censipam, órgão de assistência imediata da Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

#### **16 INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**

Obs: Qtde – posição em 31.12; Despesa – total incorrido no exercício

<b>Descrição:</b>	<b>2006</b>		<b>2007</b>		<b>2008</b>	
	<b>Qtde</b>	<b>Despesa</b>	<b>Qtde</b>	<b>Despesa</b>	<b>Qtde</b>	<b>Despesa</b>
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Funcionários Contratados - CLT em exercício na Unidade	0	0,00	0	0,00	0	0,00
<b>Total Pessoal Próprio</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>

<b>Descrição:</b>	<b>2006</b>		<b>2007</b>		<b>2008</b>	
	<b>Qtde</b>	<b>Despesa</b>	<b>Qtde</b>	<b>Despesa</b>	<b>Qtde</b>	<b>Despesa</b>

Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	22	489.849,74	42	1.604.263,34	43	1.609.396,91
--	----	------------	----	--------------	----	--------------

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	63	1.309.280,19	172	7.522.624,99	138	7.864.147,69

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância / Limpeza	168	3.000.063,74	167	3.326.980,85	145	2.564.321,20
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	0	0,00	0	0,00	3	68.778,98
Pessoal Terceirizado Outras atividades	96	3.094.738,14	94	1.671.098,57	81	2.616.806,17
Estagiários (1)	0	0,00	0	0,00	0	0,00
<b>Total Pessoal Terc + Estag</b>	<b>264</b>	<b>6.094.801,88</b>	<b>261</b>	<b>4.998.079,42</b>	<b>224</b>	<b>5.249.906,35</b>

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus (2)	13	233.476,56	18	366.646,93	16	381.179,80
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	71	1.294.153,08	143	2.734.980,51	166	3.203.897,55
<b>Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade</b>	<b>84</b>	<b>1.527.629,64</b>	<b>161</b>	<b>3.101.627,44</b>	<b>182</b>	<b>3.585.077,35</b>

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus	0	0,00	0	0,00	0	0,00
<b>Total Pessoal cedido pela Unidade</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>

Descrição:	2008	
	Qtde	Despesa

Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	130	6.311.674,08
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	178	5.580.080,98
<b>Total Geral</b>	<b>308</b>	<b>11.891.755,06</b>

Fonte: DIGEP/PR

Notas: (1) Estão zeradas as informações referentes aos estagiários, uma vez que o Censipam nunca contou com esse tipo de serviços. (2) Não computado o valor do órgão de origem.

## 17 CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

**Elaborar a relação dos equipamentos/materiais sobressalentes armazenados sob a responsabilidade do CENSIPAM, bem com a escrituração contábil dos bens patrimoniais adquiridos com recursos do projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM.**

Informamos que atualmente existem 670 terminais com os equipamentos que compõem a antena chamada VSATs, distribuídos na região amazônica e instaladas no início do projeto pela empresa Raytheon, a qual emitiu um termo de responsabilidade com os órgãos parceiros que receberam os equipamentos, anexado em cada pasta que originou a demanda de instalação da antena, atualmente arquivadas em nosso Centro de Documentação (CEDOC).

Os equipamentos instalados ainda estão na carga do Ministério da Aeronáutica, porém são controlados no Censipam pela área de patrimônio através de cautelas como bens de terceiros sem valor patrimonial.

No início do exercício de 2009 em razão da posse dos novos prefeitos foi encaminhado para todos os órgãos parceiros cópia do termo de responsabilidade para atualização dos novos responsáveis pelo patrimônio, estando em fase de atualização.

Os materiais sobressalentes oriundos do projeto SIVAM também são controlados como materiais de terceiros nos almoxarifados de Brasília, Manaus, Belém e Porto Velho sem registro na UG do Censipam em razão de na época não termos autonomia para administração de bens patrimoniais.

No final do exercício de 2008 esses materiais foram inventariados (Processo nº 00012.001991/2208-74 no Centro Regional de Porto Velho/RO, processo nº 00012.001783/2008-75, no Centro Regional de Belém/PA, processo nº 00012.001259/2008-02 no Centro Gestor em Brasília/DF, processo nº 0012.1785/2008-64 no Centro Regional de Manaus/AM).

Os materiais de expediente, informática e de manutenção predial que foram comprados pelo Censipam no exercício de 2008 foram inventariados no período de 15 a 18 de dezembro de 2008 no almoxarifado de Brasília, processo 00012.001986/2008-61, e nos demais Centros regionais através do processo nº 00012.000036/2009-09.

A partir da publicação do decreto nº. 6.615 de 23.10.2008 no seu parágrafo XV, é permitido ao Censipam exercer as atividades de administração de patrimônio, sendo assinado em 29.01.2009 o termo de Cessão dos bens patrimoniais que estavam registrados na UG da Casa

Civil, porém sob a guarda do Censipam, e repassado ao SIAFI na UG nº110197 do Censipam no dia 04.02.09.

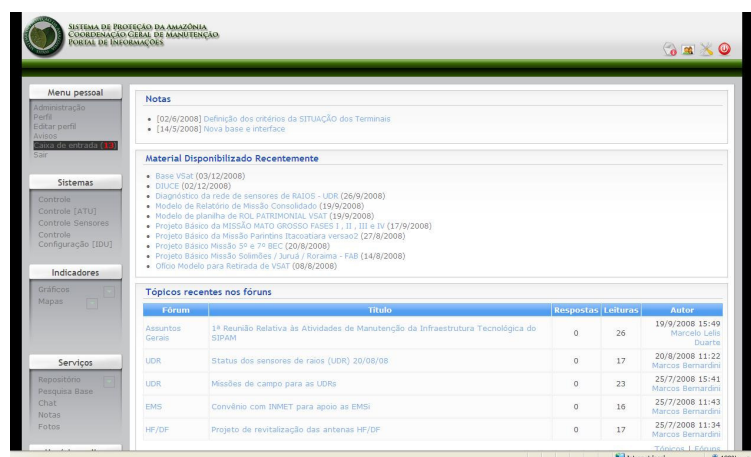
### **EFICÁCIA DOS RESULTADOS OPERACIONAIS, relacionando os indicadores de desempenho e informações utilizadas para a medição do Sistema.**

Quanto à eficácia dos resultados operacionais dos mais de 600 equipamentos VSATs instalados em campo no âmbito do projeto SIVAM, assim que a nova Coordenação Geral de Manutenção assumiu a tarefa de recuperar e otimizar o sistema em meados de 2008 foram estabelecidas às metas, as ferramentas necessárias e os respectivos critérios para monitoramento das ações e resultados.

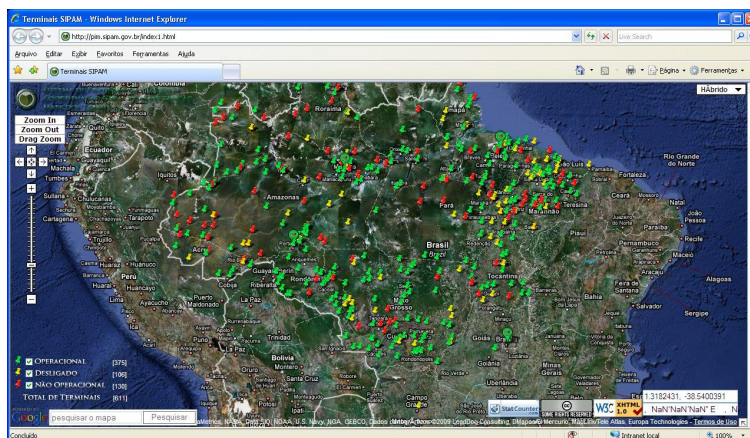
De maneira geral foram investidos tempo e recursos na capacitação das equipes de campo, consolidação e centralização das informações e conseqüente desenvolvimento de sistemas, aquisição de sobressalentes, aprimoramento das ferramentas, e a determinação de uma força tarefa dedicada a reverter o quadro da situação operacional do parque instalado do CENSIPAM, superando ao final do ano de 2008 o patamar estabelecido de 80% de operacionalidade do sistema.

### **Portal de Informações de Manutenção (PIM)**

O Censipam desenvolveu o Portal de Informações de Manutenção (PIM) como ferramenta gerencial para o controle de todas as atividades de manutenção sendo, principalmente, das Estações VSATs e dos Terminais de Usuários Remotos (TUR). O Programa foi disponibilizado na intranet do Censipam, onde todos os Centros têm acesso. O PIM fornece dados estatísticos e uma visualização da localização das VSATs/TUR, utilizando de camada do Google Map. Este Portal agrega um conjunto de aplicações de controle de subsistemas afetos à manutenção, tais como: os equipamentos das VSATs, sensores das Estações Meteorológicas de Superfície, Unidades de Detecção de Raios, dentre outros. Permite também o gerenciamento de todas as informações para controle do parque instalado e das ações de reparo, instalação e retiradas nas missões de campo, além de fornecer indicadores de desempenho por meio de gráficos e mapas, que subsidiarão a tomada de decisões estratégicas.



Interface do Portal de Informações da Manutenção (PIM), ferramenta desenvolvida em sistema multiplataforma web que integra todas as informações sobre o parque de equipamentos instalados do SIPAM.



Interface do sistema PIM integrando a posição geográfica de cada sensor instalado ao shape Google Earth.



Visualização de interface web do sistema PIM - Indicador da situação operacional das VSATs por HUB.

### Manutenção Terminais de Usuários Remotos

Os técnicos dos Centros Regionais planejaram e executaram missões de campo determinadas pelo Centro Gestor, nas quais o número total de VSATs inoperantes é maximizado utilizando a melhor logística possível de forma a reduzir ao máximo a quantidade de missões. Essas missões muitas vezes ultrapassam 20 dias e quase sempre obtêm um resultado muito satisfatório na recuperação/ realocação dos terminais. A sinergia com órgãos parceiros na logística de campo tem sido de extrema importância para viabilizar economicamente grande parte das missões à localidades isoladas.

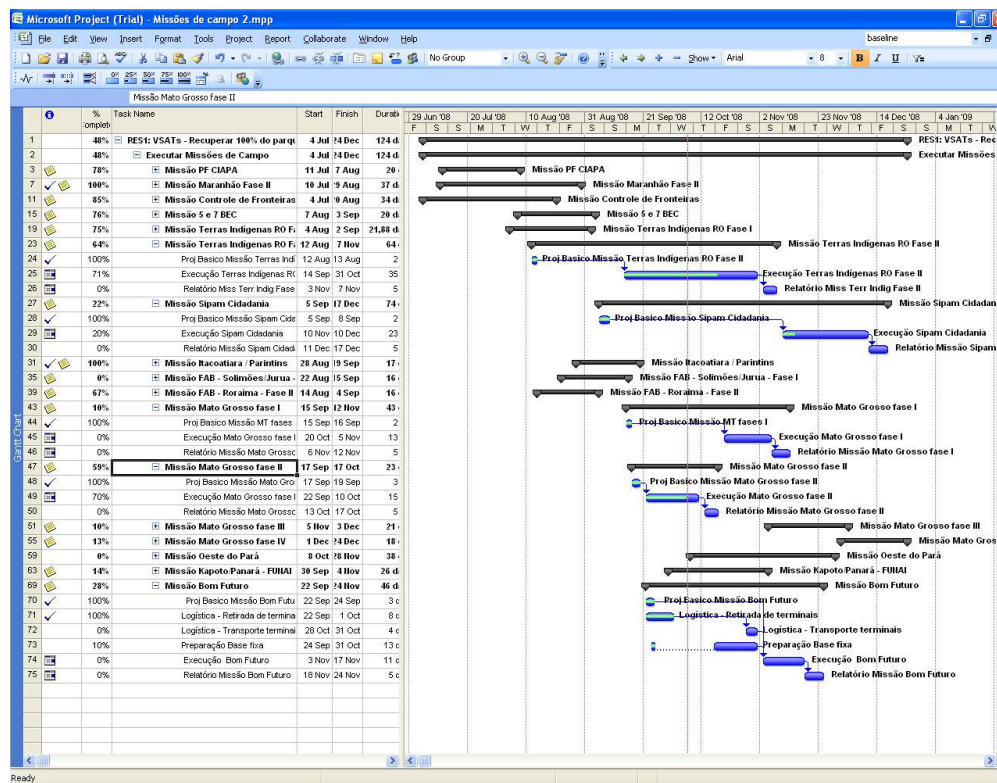
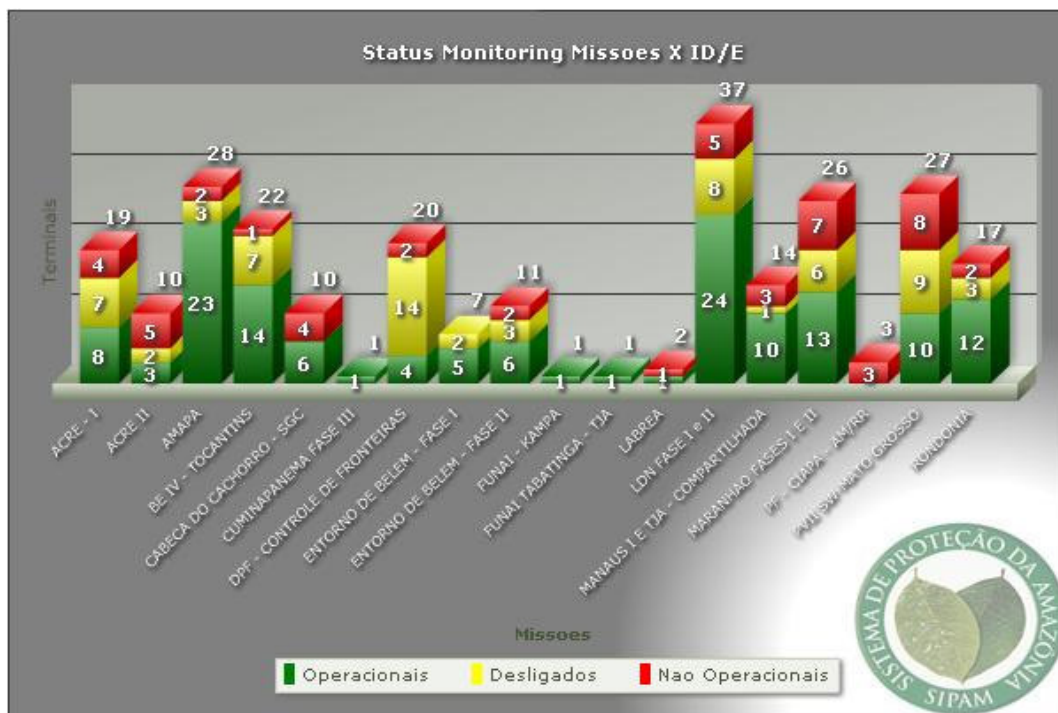


Gráfico GANTT de sistema de controle de projetos utilizado para a programação de missões de campo.

## Melhoria e otimização no uso das VSATs





O gráfico acima ilustra a evolução da situação operacional das VSATs em cada uma das missões de campo.

O Censipam trabalha para manter em funcionamento os 670 terminais de acesso à comunicação (internet e telefone) via satélite (VSATs), espalhados em pontos isolados na Amazônia Legal. A Coordenadoria de Manutenção mantém em funcionamento 85% dos 670 terminais de usuários. Para otimizar ainda mais o uso, foi criado o Portal de Informações de Manutenção (PIM), que permite gerenciar os terminais e ainda ações de reparo, de instalação e retiradas das VSATs. Em dezembro de 2008, um Grupo de Trabalho (GT), formado por dez técnicos do Sipam em Brasília e dos Centros Regionais de Porto Velho, Manaus e Belém, se reuniram para discutir a política de atendimento dos ATU's (Atendimento dos Terminais de Usuários). Esse GT elaborou uma proposta para melhorar o atendimento e fazer um diagnóstico do serviço prestado pelo Censipam aos usuários. O GT definiu que o Censipam fornecerá sinal de voz e dados, preferencialmente, em banda larga, e a prestação de serviços relacionados ao terminal remoto como transferências de ligações e fonoconferências. Fará também a atualização do cadastro dos usuários e acolherá as solicitações de manutenção e produtos elaborados pelo Sipam, bem como suporte técnico aos equipamentos.

### **Dados Estatísticos de Manutenção das VSATs/TUR**

Em 2008, a Coordenação-Geral de Manutenção trabalhou focada na recuperação de quase 100% das estações VSATs e dos Terminais de Usuários Remotos. O resultado do esforço realizado pode ser verificado na tabela abaixo, em comparação com o realizado em 2007.

Missões de campo VSAT'S/TUR	Ano	
	2007	2008
Total de missões realizadas	17	41
Total de VSAT's visitadas por missão	250	447
Total de VSATs recuperadas	87	302
Índice operacional - %	50,5	86

### **Indicadores de desempenho**

Como indicadores de desempenho dos equipamentos VSATs instalados foram estabelecidos os seguintes critérios:

#### **Quanto à natureza:**

**ATIVO** -> O terminal existe fisicamente e está instalado no destino alocado.

**INATIVO** -> O terminal existe em projetos, mas não está fisicamente instalado no destino alocado.

**INATIVO** -> O terminal deixou de existir no destino (realocado com renumeração da ID/E).

#### **Quanto à funcionalidade:**

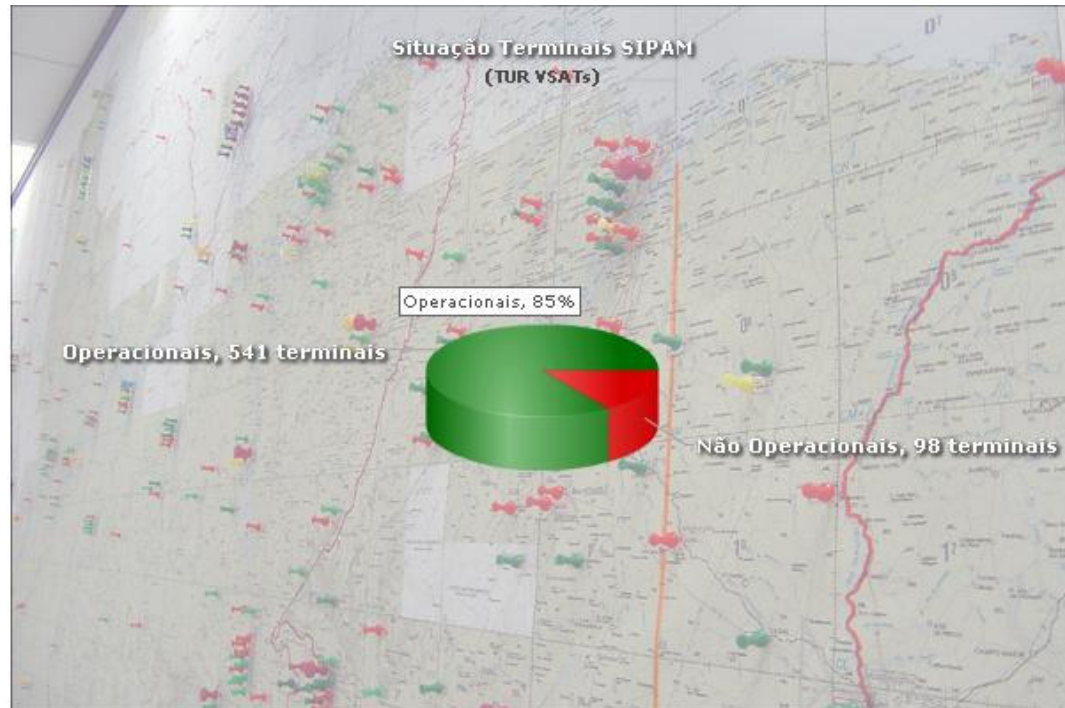
**OPERACIONAL** -> O terminal encontra-se em condições de uso (sem defeitos que impossibilitem a utilização).

**NÃO OPERACIONAL** -> Terminal sem condições de uso.

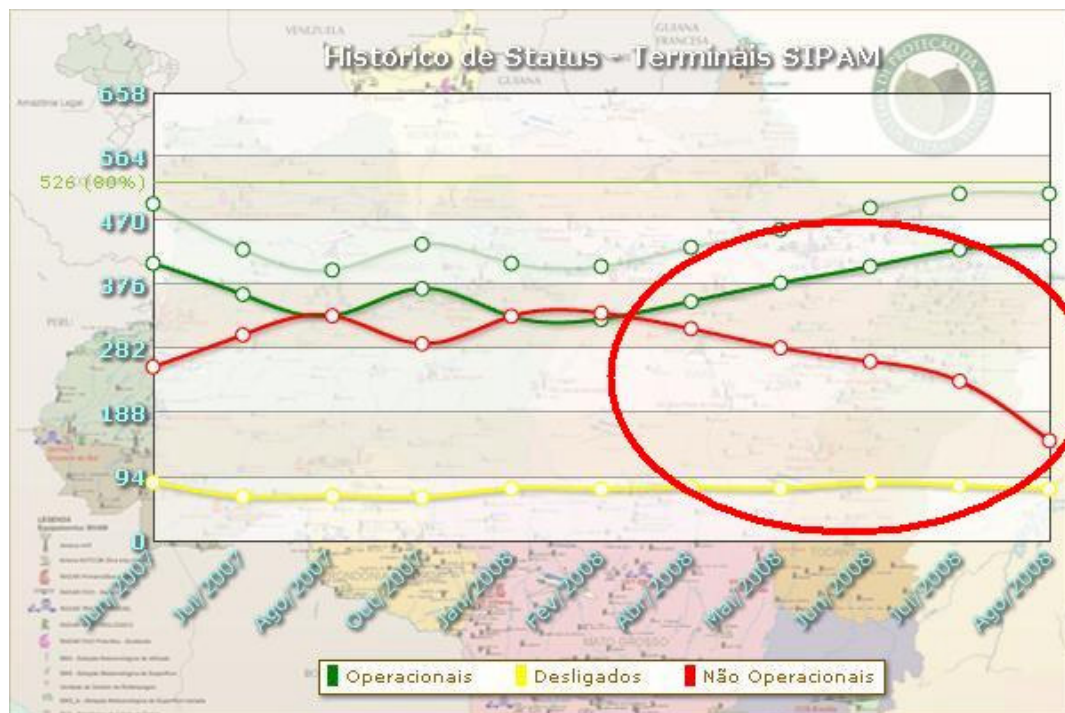
**Quanto à utilização:**

**LIGADO** -> Existe intenção de uso pelo destinatário.

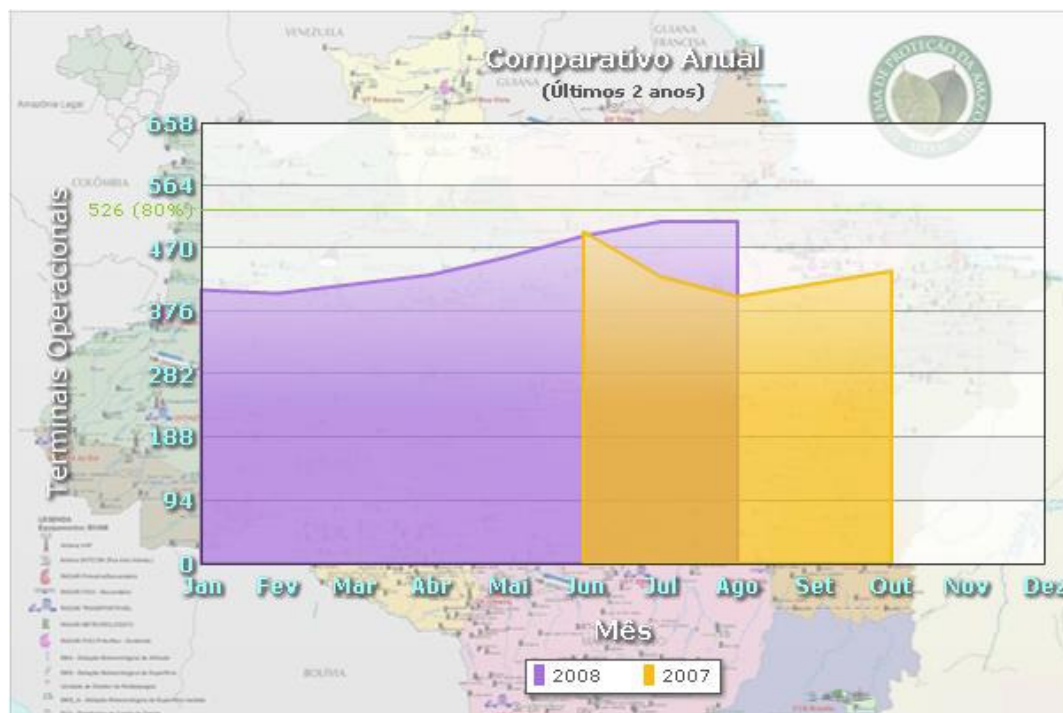
**DESLIGADO** -> Não existe intenção de uso pelo destinatário ou está é uma condição transitória (mudança de local, etc.).



Indicador do sistema PIM – Situação operacional consolidada dos terminais VSATs.



Indicador do sistema PIM mostra a sensível melhora dos índices operacionais com a queda abrupta do nível de VSATs inoperantes (linha vermelha) e a conseqüente retomada do patamar operacional em 80% (linha verde clara)



Indicador do sistema PIM – Comparativo da evolução anual da operacionalidade dos terminais.

Brasília, 9 de abril de 2009.

**ROGÉRIO GUEDES SOARES**

Diretor-Geral – Interino

Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia